

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO EM GESTÃO PÚBLICA

Alexânia de Avelar Campos

O ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO
DAS NEVES: uma análise dos indicadores educacionais nos
últimos 10 anos

Belo Horizonte
2016

Alexânia de Avelar Campos

**O ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO
DAS NEVES: uma análise dos indicadores educacionais nos
últimos 10 anos**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Gestão Pública.

Orientadora: Márcia Miranda Soares

Belo Horizonte

2016

Alexânia de Avelar Campos

**O ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO
DAS NEVES: uma análise dos indicadores educacionais nos
últimos 10 anos**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Gestão Pública.

Márcia Miranda Soares (Orientadora) – UFMG/DCP

Telma Maria Gonçalves Menicucci – UFMG/DCP

Belo Horizonte, 07 de dezembro de 2016

AGRADECIMENTOS

Ao Pai Celestial, a quem sempre supliquei em oração para que este dia chegasse. Minha eterna gratidão por ter proporcionado saúde, entendimento e força para que não desistisse quando desejei, e por acreditar em mim quando nem eu mesma acreditava.

A Universidade Federal de Minas Gerais - especialmente a FAFICH -, pelo acolhimento, por ter aprendido não só o conhecimento científico e acadêmico, mas sobre respeito e diversidade. Aos professores, muito obrigada!

A minha orientadora, professora Márcia Soares, por ter aceitado o desafio de me orientar em meio a tantos compromissos. Sua dedicação, serenidade, paciência e palavras de incentivo em meio às correções do meu trabalho foram essenciais para que conseguisse finalizar! Muito obrigada!

A professora Telma Menicucci, que foi uma mãe durante toda minha trajetória acadêmica. Sua sinceridade, generosidade e preocupação real com meu desenvolvimento me faz sentir muita gratidão! É um prazer tê-la na banca examinadora. Muito obrigada!

A Jéssica Mára por ter me ajudado na execução deste trabalho. Obrigada pela leitura atenciosa e cuidadosa, as reuniões no Skype para discutirmos as análises, e por toda a motivação extra. Não conseguiria sem seu apoio! Muito obrigada!

A minha família, em especial a minha mãe, Maria Terezinha e meu pai, Robson, por me amarem incondicionalmente, por apoiarem meus estudos, e estarem sempre ao meu lado em todos os momentos da minha vida! Obrigada, vocês são os melhores pais!

Ao Diego, pelo carinho, amor e companheirismo. Obrigada por compartilhar todos os momentos, ouvir e ler os resultados deste trabalho, me consolar nos momentos difíceis e comemorar as vitórias alcançadas! Muito obrigada!

Aos amigos que fiz na graduação, em especial minhas parceiras: Camylla, Samantha e Laura. Vocês compartilharam as melhores lembranças deste tempo tão maravilhoso!

A todos que não citei diretamente, mas que certamente me ajudaram a concluir esta fase importante na minha vida. Meus sinceros agradecimentos!

*“A educação é a arma mais poderosa que você
pode usar para mudar o mundo.”*

Nelson Mandela

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar e analisar a situação do ensino fundamental em Ribeirão das Neves no período de 2005 a 2015. O ensino fundamental apresentou profundas transformações, especialmente após a Constituição Federal de 1988, quando se tornou obrigatório, gratuito e universal para todos. Além disso, na divisão das responsabilidades entre os entes federados, a educação fundamental foi definida como prioridade do ente municipal. Na questão do financiamento, a CF/88 estabelece que a União aplicará, anualmente, nunca menos de 18%, e os estados, o Distrito Federal e os municípios 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, de transferências legais e negociadas, do salário-educação e de outros recursos orçamentários. Para o cumprimento do objetivo, utilizou-se para análise do ensino fundamental, os dados referentes à situação socioeconômica do município, além de dados educacionais - indicadores relacionados à cobertura, rendimento, movimento, qualidade e infraestrutura. Os resultados demonstram que, embora o município tenha apresentado melhorias em seus resultados ao longo dos anos, ainda existem problemas ligados à qualidade da educação. A qualidade da educação ainda é precária, - notas do IDEB e média padronizada do desempenho em Português e Matemática - Ribeirão das Neves apresentou alguns resultados melhores que o Brasil, mas piores que Minas Gerais. Outro aspecto observado foi o desempenho superior da rede estadual comparada à rede municipal, além de uma diferença considerável entre os anos iniciais (apresentando melhores resultados) e finais.

Palavras-chaves: Educação; Ensino Fundamental; Ribeirão das Neves.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Taxa de abandono e reprovação do ensino fundamental (anos iniciais e finais) no Brasil (2007 a 2015)	26
Tabela 2: Renda, pobreza e desigualdade no município de Ribeirão das Neves, em Minas Gerais e no Brasil (2010).....	29
Tabela 3: Renda, pobreza e desigualdade no município de Ribeirão das Neves (1991, 2000 e 2010).....	30
Tabela 4: Recursos do Programa Bolsa Família transferidos ao município de Ribeirão das Neves (2005-2015)	32
Tabela 5: Evolução do número das matrículas do ensino fundamental (anos iniciais e finais) na rede pública do município de Ribeirão das Neves (2005-2015).....	34
Tabela 6: Taxa de distorção idade-série do ensino fundamental (anos iniciais e finais) na rede pública de Ribeirão das Neves, em Minas Gerais e no Brasil (2007-2015).....	36
Tabela 7: Taxa de distorção idade-série do ensino fundamental (anos iniciais e finais), por rede pública estadual e municipal de Ribeirão das Neves (2007-2015).....	37
Tabela 8: Taxa de aprovação no ensino fundamental (anos iniciais e finais) na rede pública de Ribeirão das Neves, em Minas Gerais e no Brasil (2007-2015)	38
Tabela 9: Taxa de aprovação do ensino fundamental (anos iniciais e finais), por rede pública estadual e municipal de Ribeirão das Neves (2007-2015)	39
Tabela 10: Taxa de abandono do ensino fundamental (anos iniciais e finais) na rede pública de Ribeirão das Neves, em Minas Gerais e no Brasil (2007-2015)	40
Tabela 11: Taxa de abandono do ensino fundamental (anos iniciais e finais), por rede pública estadual e municipal de Ribeirão das Neves (2007-2014)	41
Tabela 12: IDEB do ensino fundamental (anos iniciais e finais), por rede pública estadual e municipal de Ribeirão das Neves (2005-2015)	44
Tabela 13: Média padronizada do desempenho em português e matemática no ensino fundamental (anos iniciais e finais) na rede pública de Ribeirão das Neves, Minas Gerais e do Brasil (2005-2013).....	45
Tabela 14: Média padronizada do desempenho em português e matemática do ensino fundamental (anos iniciais e finais), por rede pública estadual e municipal de Ribeirão das Neves (2005-2013)	46
Tabela 15: Porcentagem de escolas do ensino fundamental com biblioteca, por rede estadual e municipal do município de Ribeirão das Neves (2009-2015)	47
Tabela 16: Porcentagem de escolas do ensino fundamental com laboratório de informática do município de Ribeirão das Neves (2007-2013)	48
Tabela 17: Porcentagem de escolas do ensino fundamental com laboratório de ciências, por rede estadual e municipal do município de Ribeirão das Neves (2007-2015)	49

Tabela 18: Média de alunos por turma do ensino fundamental (anos iniciais e finais), por rede pública estadual e municipal de Ribeirão das Neves (2007-2015).....	51
Tabela 19: Porcentagem de escolas do ensino fundamental (anos iniciais e finais) com matrículas em tempo integral do município de Ribeirão das Neves (2011-2014)	52
Tabela 20: Percentual de docentes com curso superior do ensino fundamental (anos iniciais e finais), por rede pública estadual e municipal do município de Ribeirão das Neves (2011-2015).....	53

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: IDEB do ensino fundamental (anos iniciais) da rede pública de Ribeirão das Neves, em Minas Gerais e no Brasil (2005-2015)	42
Gráfico 2: IDEB do ensino fundamental (anos finais) da rede pública de Ribeirão das Neves, em Minas Gerais e no Brasil (2005-2015)	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF/88 - Constituição Federal de 1988

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LULA - Luiz Inácio Lula da Silva

MDE - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

PBF - Programa Bolsa Família

PNE - Plano Nacional de Educação

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. O ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL	17
1.1 Síntese da trajetória do ensino fundamental no Brasil	17
1.2 O ensino fundamental a partir da Constituição Federal de 1988.....	21
2. UMA ANÁLISE DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES.....	28
2.1 Um panorama socioeconômico do município de Ribeirão das Neves	28
2.2 Uma análise da situação do ensino fundamental no município de Ribeirão das Neves nos últimos dez anos.....	32
2.2.1 Indicadores de cobertura e rendimento no ensino fundamental de Ribeirão das Neves.....	33
2.2.2 Indicadores de Qualidade no Ensino Fundamental em Ribeirão das Neves.....	42
2.2.3 Indicadores de infraestrutura e contexto no ensino fundamental em Ribeirão das Neves.....	47
3. CONCLUSÕES	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58

INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho está inserido no campo de estudos das políticas sociais, mais especificamente, trata da educação fundamental no Brasil atual. O trabalho tem como objetivo apresentar e analisar a situação do ensino fundamental nas redes de ensino municipais e estaduais do município de Ribeirão das Neves no período de 2005 a 2015.

A educação é um catalisador, sendo fundamental no desenvolvimento de qualquer nação. É um direito que se constitui como parte integrante das políticas sociais no Brasil, estando no conjunto das principais políticas de proteção e promoção social, devido à sua expressiva capacidade de ampliar oportunidades e resultados para os indivíduos, além de ser um elemento estratégico para o desenvolvimento econômico, social e no combate às desigualdades (PEREIRA, 2014).

A Constituição Federal de 1988 (CF/88), conhecida como a “constituição cidadã”, reconhece uma série de direitos sociais, inclusive a educação, como destaca em seu artigo 205:

(...) a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (CF/88, Art. 205).

A educação básica, que compreende ensino infantil, fundamental e médio, tem sua oferta obrigatória, gratuita e universal definida pela CF/88, no inciso I do artigo 208, ao afirmar que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria” (CF/88, Art. 208, inciso I, Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009).

Outro aspecto importante no entendimento da educação básica no país, e que sofreu alterações significativas com a nova ordem constitucional, foi a distribuição de competências entre os entes da federação brasileira. A promulgação da CF/88 modificou o poder e as relações entre a União e os entes federados (municípios, estados e Distrito Federal). A democratização, as eleições diretas para todos os níveis de governo, a instituição do município como terceiro ente autônomo da federação e a descentralização fiscal alteraram significativamente a autoridade dos governos subnacionais, dotando-os de maior poder, destacadamente os municípios.

Na área educacional, foram definidas as incumbências das esferas de governo na organização dos seus sistemas de ensino (art. 211), no qual “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino”, sendo que:

“§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)”. (Art. 211, CF/88)¹

Com relação à divisão de responsabilidades na oferta dos níveis de ensino, o artigo 211 da CF/88, já alterado pela Emenda Constitucional nº 14 de 1996, deixa claro que estados e municípios são corresponsáveis pelo ensino fundamental. Os preceitos educacionais contidos no texto constitucional foram detalhados de maneira mais sistemática na legislação complementar nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Essa lei regulamenta o sistema educacional brasileiro, com base nos princípios presentes na Constituição, e institui a composição da educação escolar em dois níveis, no artigo 21: educação básica e educação superior. A educação básica é obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada em três etapas: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. (Art. 4º da LDB/1996, redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

No financiamento da educação, a CF/88 estabelece que a União aplicará, anualmente, nunca menos de 18%, e os estados, o Distrito Federal e os municípios 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, de transferências legais e negociadas, do salário-educação e de outros recursos orçamentários. A distribuição desses recursos públicos deverá assegurar a prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere à universalização, a garantia de padrão de qualidade e a equidade, nos termos do plano nacional de educação (art. 211, § 3º).

¹ Redação inicial da CF/88: “§ 1º A União organizará e financiará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, e prestará assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória; § 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar”.

Mudanças no que tange ao financiamento foram significativas com a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) – aprovada a partir da Emenda Constitucional nº 14/1996 e regulamentado pela Lei nº 9.424/06 e pelo Decreto nº 2.264/97². O MEC apresentou como objetivo do FUNDEF:

O FUNDEF tem como foco o ensino fundamental público, como o mais representativo segmento da educação básica oferecida pelos Estados e Municípios brasileiros. Seu objetivo é promover a universalização, a manutenção e a melhoria qualitativa desse nível de ensino, particularmente, no que tange à valorização dos profissionais do magistério em efetivo exercício. Assim, a implantação do Fundo concorreu, dentre outros aspectos, para a incorporação e a manutenção de alunos nas redes públicas estaduais e municipais e para a melhoria da remuneração do magistério, particularmente onde os salários praticados estavam muito baixos. (BRASIL, 2004, p. 5).

O FUNDEF alterou a forma de distribuição dos recursos vinculados à educação, criando um fundo contábil em cada estado composto por 15% dos 25% de recursos mínimos obrigatórios que estados e municípios deveriam destinar à educação. E estabeleceu como critério para distribuição desses recursos o número de matrículas em cada rede de ensino. Esse mecanismo viabilizou mais recursos para educação fundamental e uma distribuição mais equitativa dos mesmos dentro dos estados. Assim, os municípios foram incentivados a investir em infraestrutura, com vistas a aumentar a oferta de vagas destinadas ao ensino fundamental e/ou assumir matrículas de responsabilidade dos governos estaduais. Como resultado do FUNDEF, houve uma concentração da maior parte das matrículas do ensino fundamental nas redes municipais de ensino (PEREIRA, 2014). Depreende-se, então, que “os avanços brasileiros na efetivação do direito público à educação – número maior de matrículas, melhoras nos indicadores de qualidade de ensino – têm sido obtidos num contexto de aumento da participação municipal” (FREITAS; FERNANDES, 2011, p. 555).

Em função das consequências positivas, mas também das debilidades do FUNDEF, foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, por meio da Emenda Constitucional nº 53/2006 que foi regulamentada pela Lei nº 11.494/07 e pelo Decreto nº 6.253/07, com implantação no início do ano de 2007. Conforme o Projeto de Emenda Constitucional que originou o FUNDEB, se tratava de:

(...) um novo realinhamento nas finanças públicas dos estados, Distrito Federal e municípios, a partir de uma ampla redistribuição dos recursos vinculados à

2 “Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições constitucionais Transitórias.”

educação, permitindo a esses entes federados condições de assegurar universalização do atendimento em todos os segmentos da educação básica, mediante garantia de um investimento mínimo por aluno, por nível de ensino, que permita a necessária elevação do padrão de qualidade do ensino oferecido. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, PEC 415/2005).

Segundo Cury (2007, p 848), o FUNDEB:

(...) preserva pontos positivos do FUNDEF, amplia sua abrangência para a educação básica em seus níveis e modalidades, dispõe prazo para fixar, em lei específica, piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público, explicita em valores pecuniários a complementação da União, aperfeiçoa os Conselhos de Controle do Fundo, reitera a obrigação dos planos de carreira e remuneração, com capacitação profissional em que a formação continuada deve promover a qualidade do ensino.

As mudanças constitucionais e na legislação infraconstitucional possibilitaram alcançar, na segunda década do século XXI, um ensino fundamental praticamente universalizado e com duração de nove anos. Entretanto, apesar do ensino fundamental estar quase universalizado no Brasil, ainda permanece e se acentua o gargalo intensamente ligado à qualidade (Oliveira, 2007).

Diante dos desafios apontados para a educação básica, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010, que tem como objetivo determinar diretrizes, metas e estratégias para a política educacional, propôs compromissos entre os entes e o esforço contínuo para eliminação de desigualdades que são históricas no país. Para este trabalho apenas uma meta importa para analisar o problema da pesquisa:

“Garantia de ensino fundamental obrigatório de oito anos a todas as crianças de 7 a 14 anos, assegurando o seu ingresso e permanência na escola e a conclusão desse ensino. Essa prioridade inclui o necessário esforço dos sistemas de ensino para que todas obtenham a formação mínima para o exercício da cidadania e para o usufruto do patrimônio cultural da sociedade moderna.”(PNE, p. 27, 2001)

A escolha do tema do trabalho, educação fundamental em Ribeirão das Neves, tem motivações pessoais e acadêmicas. No aspecto pessoal, a educação fundamental no município de Ribeirão das Neves está ligada à trajetória dessa discente. Cresci e resido neste município e sou filha de professora da rede pública que lecionou por décadas em escolas estaduais e municipais. Portanto, acompanhei de perto os desafios e angústias em que ela se encontrava diante de um quadro de altas porcentagens de reprovação; resultados baixos nas provas do IDEB de seus alunos, além de altas taxas de analfabetismo.

No aspecto acadêmico, estudar o ensino fundamental nesse município da região metropolitana de Belo Horizonte pode oferecer um quadro mais detalhado das condições e desafios para o alcance de um ensino fundamental de boa qualidade em todo o país. O

município é exemplar de uma realidade social adversa que afeta diretamente a educação das crianças e jovens. O município tem IDHM³ de 0,684, mais baixo que a média de Minas Gerais (0,731) e do Brasil (0,715). Outro indicador, o IDH-Educação é considerado baixo, atingindo 0,591- inferior novamente ao de Minas Gerais (0,638) e do Brasil (0,637) (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013). Ribeirão das Neves tem ainda altos índices de violência e de criminalidade vivenciados pela população, principalmente os mais jovens. Esse problema, além de outras questões, se relaciona com a crescente densidade demográfica e pobreza da população e a escassez de oportunidades. O corte temporal de 2005 a 2015 para este trabalho se justifica, principalmente, pela disponibilidade dos dados educacionais importantes para caracterizar a situação do município de Ribeirão das Neves.

No exame dessa realidade educacional local, este trabalho buscará responder a seguinte pergunta: Qual a trajetória dos indicadores da educação fundamental nas escolas municipais e estaduais do município de Ribeirão das Neves nos últimos dez anos?

Deste modo, o objetivo geral do presente estudo é analisar e apresentar a situação do ensino fundamental nas redes de ensino municipais e estaduais do município de Ribeirão das Neves, no período de 2005 a 2015, apresentado resultados dos indicadores educacionais, e discutindo seus avanços ou retrocessos. Como objetivos específicos têm-se: a) descrever a trajetória da educação escolar no Brasil pós 1500; b) analisar a política educacional, especificadamente o ensino fundamental, estruturada pela Constituição de 1988 e pelas legislações subsequentes; c) analisar se há diferença de resultados dos indicadores do ensino fundamental entre a rede municipal e estadual no município de Ribeirão das Neves; d) comparar os resultados do ensino fundamental no município de Ribeirão das Neves, com os do estado de Minas Gerais e do Brasil e) discutir, a partir do estudo de caso, os avanços e desafios do ensino fundamental no Brasil atual.

Para o cumprimento dos objetivos propostos e para responder à pergunta formulada, a pesquisa desenvolvida neste trabalho adota metodologia qualitativa e quantitativa. Como o foco principal é a análise da situação do ensino fundamental no município de Ribeirão das Neves, os meios de investigação abrangem a pesquisa bibliográfica e a análise de legislação pertinente:

³O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. Assim, o IDHM - incluindo seus três componentes, IDHM Longevidade, IDHM Educação e IDHM Renda - conta um pouco da história dos municípios em três importantes dimensões do desenvolvimento humano durante duas décadas da história brasileira (PNUD, 2016).

Constituição Federal Brasileira de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010 e demais leis que envolvam a política de educação pública no Brasil.

Serão apresentadas e analisadas as seguintes variáveis do panorama socioeconômico da educação fundamental no município de Ribeirão das Neves, no período de 2005-2015: i) variáveis socioeconômicas: população, IDH, renda per capita, percentual de pobres e extremamente pobres, Índice de Gini, e número de recursos e beneficiários do Programa Bolsa Família; ii) variáveis de cobertura: número de matrículas; iii) variáveis de rendimento: taxa de distorção idade-série e taxa de aprovação ; iv) variável de movimento: taxa de abandono; v) variáveis de qualidade: IDEB, média do desempenho em português e matemática; vi) indicadores de infraestrutura: porcentagem de escolas públicas com biblioteca, laboratório de informática e ciências; e vii) indicadores de contexto: média de alunos por turmas, média de horas-aula, percentual de escolas públicas integrais e percentual de docentes com curso superior. Esses dados foram obtidos a partir das seguintes fontes: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

O presente trabalho está estruturado em dois capítulos, além da introdução e conclusão. O primeiro capítulo apresenta um histórico da educação fundamental no Brasil desde a colonização; apresenta como a educação fundamental foi instituída nas Constituições Federais, com destaque para a Constituição de 1988; as principais alterações do ensino com a LDB/1996; o processo de municipalização e o financiamento, com destaque para o FUNDEF e o FUNDEB; e discute os principais avanços e desafios do ensino fundamental no Brasil.

O segundo capítulo será dedicado ao estudo de caso, o município de Ribeirão Neves, no qual haverá uma contextualização socioeconômica do município. Para explicar essa contextualização serão apresentadas algumas variáveis que podem impactar na oferta da educação (população, IDH, GINI, entre outras). Logo em seguida, serão apresentados dados educacionais do município do ano de 2005 a 2015, a partir de variáveis que se referem à cobertura, rendimento, movimento, qualidade e, por fim, infraestrutura e contexto escolar.

Por fim, nas conclusões serão feitas reflexões e apontamentos para a situação do ensino fundamental em Ribeirão das Neves, uma recapitulação do que foi descrito nos capítulos anteriores e aspectos que podem ser desenvolvidos em relação ao objeto estudado.

1. O ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL

O ensino fundamental no Brasil passou por transformações profundas ao longo da história brasileira. Nesse capítulo, será feita uma revisão bibliográfica e de análise da legislação acerca da trajetória do ensino fundamental no Brasil e as principais mudanças e avanços pós Constituição de 1988. A finalidade é compreender as políticas educacionais do ensino fundamental na atualidade.

1.1 Síntese da trajetória do ensino fundamental no Brasil

A história da educação escolar (formal) no Brasil tem início em 1549, quando aqui chegaram os padres da Companhia de Jesus (ordem religiosa católica) incumbidos de comandar a educação brasileira. Conforme suscitam Militão e Miralha (2012), o país era uma colônia portuguesa baseada na monocultura de cana-de-açúcar e trabalho escravo.

Desde a colonização até 1759, os padres jesuítas cuidaram da catequese (objetivo principal da presença da Companhia de Jesus) e ficaram incumbidos de ministrar também a educação elementar para a população índia e branca em geral (salvo as mulheres), nas escolas de primeiras letras. Contudo, a educação dada pelos jesuítas foi direcionando-se cada vez mais para a formação das elites, dando início assim ao caráter excludente que marca a educação brasileira até os dias de hoje. Conforme revela Romanelli (1992, p. 35), os colégios instalados pelos jesuítas destinavam-se à educação média para os homens da classe dominante.

Como observa Monlevade (1997, p. 22), o rei, ao perceber – e por sofrer influências do seu primeiro ministro Marques de Pombal, que o sistema jesuítico estava mais articulado aos interesses da própria Companhia de Jesus que àqueles da Coroa, expulsou os padres jesuítas de Portugal e de seus domínios em 1759, e o Estado passou a assumir os encargos e responsabilidades da educação.

Ao final do século XVIII, a colônia brasileira apresentava um quadro educacional deplorável: além de “algumas aulas régias criadas com a reforma pombalina”, possuía “algumas escolas primárias e secundárias, em mãos de eclesiásticos” (ROMANELLI, 1992, p. 38).

Com a vinda da família Real para o Brasil, em 1808, foram criadas instituições de nível superior para atender aos interesses da coroa e da elite local. O ensino primário e secundário não sofreram alterações em sua estrutura: a escola primária era destinada a alguns

membros das classes dominadas, uma vez que os mais abastados estudavam com preceptores, e caracterizava-se pelo ensino das primeiras letras; a secundária, sem qualquer preocupação formativa, tinha o objetivo claro de introduzir algumas disciplinas e destinava-se às classes dominantes.

A independência política, em 1822, pouco alterou a situação da educação fundamental no país. A Constituição do Império de 1824, mesmo com poucas mudanças no campo educacional, estabeleceu um importante princípio: “a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”. Entretanto, no Império, como observa Oliveira (2007, p. 17), “o analfabetismo era a condição de instrução da maioria da população e o poder público não desenvolveu esforços para transformar a educação em política pública. Além disso, a maioria da população era constituída por escravos (não cidadãos)”.

Um passo importante no quadro da instrução pública brasileira veio com o Ato Adicional de 1834, uma emenda à Constituição de 1824. Mediante a edição de tal Ato, o poder central se reservou o direito de promover a educação superior em todo o Império e a educação no Município da Corte, delegando às Províncias a incumbência de promover a educação primária e secundária em suas jurisdições.

A Constituição de 1891, em seu art. 35, destinou à União o direito de “criar instituições de ensino superior e secundário nos estados” e “prover a instrução secundária no Distrito Federal”. Aos estados ficou a responsabilidade quanto à educação primária. Ao conceder autonomia aos estados na educação primária sem uma diretriz e coordenação central, a Constituição permitiu que fossem criadas ações educativas muito diversas, o que acabou gerando desorganização na construção dos sistemas educacionais e reforço das disparidades regionais. Segundo Romanelli (1992), os estados que tinham melhores condições econômicas podiam equipar melhor seu sistema de ensino, enquanto os estados mais pobres acabavam tendo suas ações limitadas pelos poucos recursos que dispunham:

“[...] os Estados que comandavam a política e a economia da nação e eram, em consequência, sede do poder econômico, estavam em condições privilegiadas para equipar, com melhores recursos, o aparelho educacional, enquanto os Estados mais pobres, sem a possibilidade de qualquer ingerência nos destinos do país e, mais ainda, sem condições de colocar em pé de igualdade suas reivindicações junto ao poder público, ficavam à mercê de sua própria sorte. Esse liberalismo político e econômico, que acabou por transformar-se num liberalismo educacional foi fator de relevância no aprofundamento das desigualdades sócio-econômicas e culturais em diversas regiões do país, o que, evidentemente redundou na impossibilidade de se criarem uma unidade e continuidade de ação pedagógica.” (ROMANELLI, 1992 p. 43)

Durante a Primeira República (1889-1930), uma série de reformas educacionais foram realizadas pelo poder central, e algumas realizadas em alguns estados. As reformas tentaram instituir normas regulamentares nacionais para o ensino. Porém, como observa Romanelli (1992), essas reformas não foram implantadas de maneira satisfatória, pois foram induzidas/implementadas de maneira isolada e desordenada pela Política Nacional de Educação.

A Era Vargas (1930-1945) foi marcada por mudanças expressivas no país. Houve grandes incentivos à industrialização e conseqüente urbanização do país, concessão do direito de voto às mulheres e a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). As transformações na sociedade aumentaram a demanda para criação de escolas que atendessem a todas as classes sociais e as indústrias necessitavam de mão de obra qualificada. De início, o governo provisório criou o Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1931, e baixou uma série de decretos dispendo sobre a organização do ensino superior. Segundo Romanelli (1992), tal reforma, contudo, pecou por tratar “de organizar preferencialmente o sistema educacional das elites”, ou seja, o ensino superior, deixando “completamente marginalizados o ensino primário e os vários ramos do ensino secundário profissional”.

O texto constitucional de 1934 estabeleceu a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino primário (art. 149) e a organização dos sistemas educacionais, passando a contemplar capítulo específico sobre educação, no qual fixou o plano nacional de educação como responsabilidade da União (art. 150). Era responsabilidade do poder central traçar as diretrizes da educação nacional, por meio do Plano Nacional de Educação, além de organizar e fiscalizar sua execução em todo território. A organização e manutenção dos sistemas educativos em seus territórios competiam aos estados e ao Distrito Federal, respeitando as diretrizes estabelecidas pela União e contando com a participação desta nos casos da necessidade de complementação de recursos. A competência concorrente da União e dos estados era difundir a instrução pública em todos os graus. Pode-se afirmar que essa Carta Magna representou um marco importantíssimo para o setor educacional.

A Constituição de 34 também tentou avançar na garantia de financiamento público para a educação, ao vincular recursos para a educação⁴: “A União e os Municípios aplicarão nunca menos de dez por cento, e os Estados e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas

⁴A Constituição Federal de 1934 foi a primeira legislação a instituir a vinculação de recursos públicos para a educação.

educativos” (art. 156). Contudo, para Loureiro (2011), essa vinculação de recursos para educação quase não se concretizou porque, com a implantação do Estado Novo, a Constituição de 1937 a ignorou.

Até 1934, não havia no Brasil uma legislação específica que estabelecesse a aplicação de recursos públicos na educação. Segundo Sucupira (2001), durante os anos que se sucederam à promulgação do Ato Adicional e à Proclamação da República, nada foi feito de concreto (mesmo que a título de ação supletiva) no sentido de promover uma maior participação do governo central no esforço de universalização da educação primária em todo o país. Para o autor, esse descaso adveio do desinteresse das classes dirigentes em relação à educação popular, pois a União deveria cuidar do ensino superior, cuja ação estava determinada no Ato de 1834.

Com a instauração do Estado Novo pelo Presidente Getúlio Vargas (1937-1945), a nova Constituição Outorgada de 1937 não inovou ao tratar do ensino fundamental, pois manteve praticamente a mesma estrutura apresentada no texto constitucional anterior. Em 1942, o Ministro de Vargas, Gustavo Capanema iniciou o processo de reformas do ensino, através das Leis Orgânicas de Ensino decretadas em 1942 e 1946. O Decreto-lei n. 8.529, de 02 de janeiro de 1946 estruturou o ensino primário da seguinte forma:

“Art. 2º: O ensino primário abrangerá duas categorias de ensino:

- a) o ensino primário fundamental, destinado às crianças de sete a doze anos;
- b) o ensino primário supletivo, destinado aos adolescentes e adultos.

Art. 3º O ensino primário fundamental será ministrado em dois cursos sucessivos; o elementar e o complementar.

Art. 4º: O ensino primário supletivo terá um só curso, o supletivo. “(Decreto-lei n. 8.529, de 02 de janeiro de 1946)

Contudo, segundo Romanelli (1992, p. 163), na prática “o ensino primário fundamental acabou por resumir-se ao ensino primário elementar (1ª a 4ª classes), por falta de condições objetivas de funcionamento do ensino complementar (5ª e 6ª classes)”.

Em 1946, após intensos debates, é introduzido um capítulo dedicado à educação na nova Constituição promulgada. Foi estabelecido que a União organizaria o sistema federal de ensino e o dos territórios. Estados e Distrito Federal organizariam seus respectivos sistemas de ensino, que teriam a cooperação da União somente com auxílio pecuniário. A vinculação de recursos estava presente nesse texto constitucional, sendo que, anualmente, a União deveria aplicar nunca menos de 10%, e os estados, o Distrito Federal e os municípios nunca menos de 20% para a manutenção e o desenvolvimento do ensino.

Conforme analisa Militão e Miralha (2012), o Regime Militar, iniciado em 1964, alterou significativamente a estrutura do ensino primário e secundário, principalmente mediante a instituição da Lei nº 5.692/71, que cria o ensino de 1º grau, com duração de 8 anos, mediante a junção do antigo curso primário e do ciclo ginásial do ensino médio. Além disso, fixou diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. Segundo Romanelli (1992, p. 237), assim, “eliminou-se um dos pontos de estrangulamento do nosso antigo sistema representado pela passagem do primário ao ginásial, passagem que era feita mediante os chamados exames de admissão”. No que diz respeito ao financiamento, foi criado inicialmente um reforço no financiamento da educação primária. No entanto, conforme Nascimento (2011), o financiamento da educação foi objeto de desvios, corrupções, bem como sofreu várias alterações em seu texto legal.

A Carta Magna de 1967 revogou a vinculação de recursos sob a alegação de que a mesma era “incompatível com a sistemática orçamentária introduzida pela nova Constituição” (HORTA, 2001, p. 219). Deste modo, não fez referência aos mínimos orçamentários a serem aplicados em educação pela União e os demais níveis subnacionais. No jogo de vincula-suprime, em 1969, a Emenda Constitucional nº 1 restabeleceu a vinculação legal. Nessa ocasião, entretanto, esta fica limitada aos municípios, que deveriam gastar 20% de sua receita tributária com o ensino primário.

A reabertura democrática, em meados da década de 80, proporcionou uma ampliação e preocupação com a qualidade do ensino fundamental no sistema público de ensino. As mudanças educacionais implantadas na CF/88 e pós-década de 90 serão exploradas e discutidas na próxima seção.

1.2 O ensino fundamental a partir da Constituição Federal de 1988

O Brasil passou por mudanças substantivas no campo político, econômico e social a partir dos anos 80 do último século. Tivemos o retorno da democracia ao país, o fortalecimento da federação, a estabilização da economia e avanços nas políticas sociais (SOARES, 2012). Segundo Abrucio (2010), a Constituição Federal de 1988 (CF/88) deu ênfase à descentralização, o que significa não só distribuir mais recursos para os governos subnacionais, mas também prover maior poder aos governos municipais.

A Constituição de 1988 foi considerada inovadora no campo social, por englobar uma série de direitos sociais e ressaltar as responsabilidades e atribuições dos três entes

federativos. A política de educação é apresentada no “Capítulo III: da educação, da cultura e do desporto”. O primeiro grau passa a ser designado ensino fundamental e, além de ser obrigatório e gratuito, agora se torna acessível inclusive para aqueles que não tiveram acesso ao mesmo na idade própria (Art. 208).

Tal obrigatoriedade implica em duplo dever: primeiro, o dever do Estado de garantir vagas em número suficiente para todos no ensino fundamental obrigatório; segundo, o dever dos pais ou responsáveis de matricular seus filhos em tal nível de ensino, pois se trata de um direito da criança e não dos pais (BRANDÃO, 2007; OLIVEIRA, 2007).

Com relação à divisão de responsabilidades na oferta nos níveis de ensino, a Constituição prevê o regime de colaboração entre União, estados, municípios e o Distrito Federal. A União é responsável por organizar e financiar o sistema federal de ensino e o dos territórios, prestar assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória. Os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar. Importante citar que neste momento não foi estabelecido na constituição uma atribuição específica aos estados (art. 211)⁵.

A CF/88 também alterou a questão do financiamento da educação, como descrita no artigo 212: “A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino”. É importante observar que a vinculação a que o artigo se refere é da receita corrente líquida resultante de impostos, que não se confunde com a totalidade dos recursos orçamentários, e nem mesmo tributários, uma vez que o imposto é uma espécie do gênero tributo. As contribuições sociais da União e outras parcelas de arrecadação transferidas pela União aos demais entes da Federação, que não sejam oriundas de impostos, não integram a base de cálculo. Além disso, o ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida, na forma da lei, pelas

5 O artigo sofreu alteração pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996: “Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. § 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios”

empresas, que dela poderão deduzir a aplicação realizada no ensino fundamental de seus empregados e dependentes (BRASIL, CF/88; art. 212)

Os preceitos relativos à educação abordados na CF/88 foram detalhados na legislação denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que reafirma os deveres do Estado com a educação pública tendo destaque a obrigatoriedade do ensino fundamental. Inciso desta lei repete o texto da CF/88: “o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de [...] ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria” (inciso I, artigo 4º, da LDB/96). O §2º do artigo 5º da LDB reafirma que a prioridade de atendimento das esferas administrativas é o ensino fundamental, único nível obrigatório, podendo contemplar “em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais”. Adiante, em 2013, uma nova redação advinda da Lei nº 12.796 estabeleceu a educação obrigatória e gratuita para toda a educação básica, que tem vigência dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade e deve ser organizada em educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Em sintonia com o disposto no artigo 211 da CF/88, a LDB/96 ao definir as incumbências das esferas administrativas na organização da educação nacional, afirma que os estados devem “assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio” (inciso VI, artigo 10), e os municípios devem “oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental [...]” (inciso V, artigo 11). Como observa Militão e Miralha (2012), neste momento, a primazia do atendimento recai no ensino fundamental, nível de ensino obrigatório, devendo vir em seguida a oferta dos demais níveis de ensino que compõem a educação básica. As Leis nº 11.114/05 e 11.274/06, alteraram a LDB/96, no seu artigo 32, ao definir o ensino fundamental obrigatório com duração de nove anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos seis anos de idade.

A CF/88 e a LDB/96 trouxeram avanços para o ensino fundamental. Contudo, a divisão de responsabilidade entre os entes federativos não foi muito efetiva, em parte pelas desigualdades econômicas territoriais, o que gerou grandes desigualdades regionais, assimetrias e incongruências na responsabilização e nos gastos com a educação fundamental nos municípios. O Ministério da Educação (MEC, 2002) resumiu este momento na educação:

“Razões históricas distintas fizeram com que a oferta do ensino fundamental se desenvolvesse de maneira bastante diferenciada nas 27 unidades da federação. A capacidade de investimento da esfera estadual sempre se mostrou maior que a de municípios, principalmente nos estados mais pobres da federação. Mas era

justamente nos estados mais pobres que os municípios arcavam com a maioria dos alunos do ensino fundamental.” (BRASIL, 2002, p. 4).

Por conseguinte, de acordo com Pereira (2012), houve a necessidade de mudança na forma de distribuição de recursos da educação para garantir a universalização, manutenção e melhoria do ensino fundamental, maior equalização entre os municípios, além da necessidade de valorizar o nível salarial dos professores, principalmente nos estados mais pobres.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF – foi instituído pela Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996, e regulamentado pela Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e pelo Decreto nº 2.264, de 27 de junho de 1997. Sua implantação se deu em 1º de janeiro de 1998, quando passou a vigorar em todo país, exceto no Pará, onde a implantação ocorreu em julho de 1997, por força da lei estadual.

O FUNDEF alterou a forma de distribuição dos recursos vinculados à educação, criando um fundo contábil em cada estado composto por 15% dos 25% de recursos mínimos obrigatórios que estados e municípios deveriam destinar à educação. E estabeleceu como critério para distribuição desses recursos o número de matrículas em cada rede de ensino. Esse mecanismo viabilizou mais recursos para educação fundamental e uma distribuição mais equitativa dos mesmos dentro dos estados. Assim, a implantação do Fundo concorreu, dentre outros aspectos, para a incorporação e a manutenção de alunos nas redes públicas estaduais e municipais e para a melhoria da remuneração do magistério, particularmente onde os salários praticados estavam muito baixos (BRASIL, 2004, p. 5).

Pereira (2012) realizou algumas considerações sobre o FUNDEF depois de analisar dados de abrangência nacional. Em relação aos ganhos positivos, o FUNDEF ampliou o nível de cobertura do ensino fundamental no Brasil. Além disso, houve o aumento de recursos e de salários para os docentes de regiões menos desenvolvidas (Mendes, 2012). Outro ganho foi a equiparação do custo-aluno no nível estadual, persistindo desigualdades entre os estados. Para Callegari (2002), o FUNDEF correspondeu a um Fundo de redistribuição, que contribuiu para o avanço da relação entre o financiamento do ensino fundamental público e as responsabilidades educacionais dos níveis de governo. Contudo, apesar dos ganhos, é possível realizar algumas críticas ao FUNDEF: o descaso originado em outros níveis de ensino, como a educação infantil e o ensino médio; a não responsabilização supletiva de recursos da União para amenizar as desigualdades entre estados; os baixos recursos

existentes; a municipalização induzida e acelerada – uma vez que os municípios não detinham de estrutura para receber com excelência os docentes (Pereira, 2012, p. 39 e 40).

Devido às fragilidades do FUNDEF, foram apresentadas várias propostas para que o fundo fosse reformulado. Assim, surge o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Segundo Cury (2007, p. 848), este Fundo preservou pontos positivos do FUNDEF e o aperfeiçoou ao ampliar sua abrangência para a educação básica em seus níveis e modalidades, ao estabelecer prazo para fixar, em lei específica, piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público, ao explicitar em valores pecuniários a complementação da União, ao aperfeiçoar os Conselhos de Controle do Fundo, ao reiterar a obrigação dos planos de carreira e remuneração, com capacitação profissional em que a formação continuada deve promover a qualidade do ensino. Ou seja, o FUNDEB é mais abrangente que o FUNDEF em suas metas e tem como pressuposto buscar maior equidade na educação básica como um todo e em todo o território nacional.

Ainda segundo as considerações de Pereira (2012, p 49), houve a criação, de um fundo contábil em cada estado composto por 20% dos 25% de recursos mínimos obrigatórios que estados e municípios deveriam destinar à educação. Isto contribuiu, ainda que inicialmente, para aumentar o valor mínimo por aluno e o número de estados mais carentes a receber a complementação da União, configurando-se em uma forma de estimular a redução das desigualdades. Destacam-se também como elementos positivos o estabelecimento de valores de complementação da União para os anos iniciais e, a partir do quarto ano, o percentual de 10% mínimo para esta complementação e o estabelecimento de um piso salarial.

No ingresso dos anos 2000, o Plano Nacional da Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 10.172/ 2001 (Brasil, 2001), estabeleceu as diretrizes e metas para o desenvolvimento da educação brasileira na primeira década do século XXI. O Plano ressaltou o aumento das matrículas da população de 7 a 14 anos de idade, registrado no país na década de 1990, porém sem superar a problemática da distorção idade-série. Essa problemática indicava que o ensino fundamental era ineficaz, pois a maioria dos alunos levava, em média, 10,4 anos para completar as oito séries desse ensino. Assim, o PNE de 2001 determinou que:

“Nos cinco primeiros anos de vigência deste plano, o ensino fundamental deverá atingir a sua universalização, sob a responsabilidade do Poder Público, considerando a indissociabilidade entre acesso, permanência e qualidade da educação escolar. O direito ao ensino fundamental não se refere apenas à matrícula, mas ao ensino de qualidade, até a conclusão”. (Brasil, 2001, p. 12)

O PNE traz metas estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade, que dizem respeito ao acesso, à universalização da alfabetização e à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais. O que mais importa para este estudo de caso é a seguinte meta que tem enfoque no ensino fundamental:

“Garantia de ensino fundamental obrigatório de oito anos a todas as crianças de 7 a 14 anos, assegurando o seu ingresso e permanência na escola e a conclusão desse ensino. Essa prioridade inclui o necessário esforço dos sistemas de ensino para que todas obtenham a formação mínima para o exercício da cidadania e para o usufruto do patrimônio cultural da sociedade moderna”. (PNE, p. 27, 2001)

Ainda que o acesso ao ensino fundamental, prioridade das redes municipais e estaduais de ensino, esteja praticamente universalizado, o insucesso escolar em face da repetência e da evasão é bastante frequente no nível de ensino supracitado. Assim, a melhoria da qualidade do ensino fundamental público ofertado se coloca como crucial desafio à educação na atualidade. Na Tabela 1 abaixo observam-se taxas de abandono e reprovação nos anos iniciais e finais no Brasil de 2007 a 2015:

Tabela 1: Taxa de abandono e reprovação do ensino fundamental (anos iniciais e finais) no Brasil (2007 a 2015)

Ano	Taxa de Abandono		Taxa de Reprovação	
	Anos Iniciais	Anos Finais	Anos Iniciais	Anos Finais
2007	3,5	7,4	11,9	14,4
2008	3,2	6,9	11,1	14,9
2009	2,5	5,9	10,2	14,4
2010	2,0	5,3	9,2	13,5
2011	1,7	4,8	8,1	13,4
2012	1,7	4,6	7,7	12,8
2013	1,3	4,0	6,9	12,3
2014	1,3	4,1	7,0	12,7
2015	1,1	3,7	6,7	12,2

Fonte: INEP/ Indicadores Educacionais, 2016. Elaboração própria.

Nota: 1) Considera-se “anos iniciais do ensino fundamental” da 1ª a 4ª série / 1º ao 5º ano; e “anos finais do ensino fundamental” da 5ª a 8ª série / 6º ao 9º ano.

Como se observa na Tabela 1, as taxas de abandono e reprovação diminuíram ao longo do tempo nos anos iniciais e finais do ensino fundamental em todos os anos apresentados. Destaca-se, que existem diferenças significativas em ambas as taxas de reprovação e abandono para os anos iniciais e finais do ensino fundamental, no qual nos anos finais, há uma ligeira queda em relação ao ano anterior.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado pelo Inep em 2007, e representa a iniciativa pioneira de reunir em um só indicador, dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb e a Prova Brasil (INEP, 2016).

Em 2013, o IDEB municipal observado para os anos iniciais do ensino fundamental (4,9), ainda que tenha superado a meta projetada (4,5) para tal período no Brasil, ficou abaixo do índice registrado pelas redes estadual (5,4) e privada (6,7). Com relação aos anos finais da referida etapa escolar, o IDEB-municipal observado de 3,8 (abaixo da projeção de 3,9) foi também superado pelo atingido pelas redes estaduais (4,0) e privada (5,9). Ainda que as matrículas estejam próximas da universalização, há dificuldade de progresso na qualidade de ensino, especialmente na esfera municipal.

Não se pode perder de vista que o direito ao ensino fundamental não se refere apenas à matrícula, mas a oferta de um ensino de qualidade até a sua conclusão. Nesta perspectiva, Militão e Miralha (2012) apresentam uma concepção mais abrangente de universalização do atendimento ao ensino fundamental, que considera o princípio da indissociabilidade entre acesso, permanência e qualidade. Sob este aspecto, a universalização configura-se, para os autores, como o grande impasse atual a ser superado pela nossa política educacional.

Conforme vimos, a educação fundamental passou por profundas transformações na atual ordem constitucional brasileira. A primeira foi a ampliação da duração para nove anos, obrigatório e gratuito, inclusive para os que não tiveram acesso na idade própria. A segunda transformação veio como FUNDEF e depois FUNDEB, que modificaram a estrutura de financiamento da educação básica e organizaram melhor a alocação de recursos descentralizados que, no caso da educação, já estavam vinculados ao financiamento dessa política por força constitucional. E terceiro, o Brasil praticamente universalizou o acesso ao nível fundamental de ensino, chegando-se ao final do ano 2000 aos significativos índices no ensino fundamental: taxa de matrícula bruta de 131,7% e taxa de matrícula líquida de 97,1% (Militão e Miralha, 2012).

O presente trabalho, objetiva delinear e analisar o quadro atual da situação da educação fundamental no município de Ribeirão das Neves no período de 2005 a 2015. Pretende-se com este estudo de caso suscitar possíveis reflexões sobre avanços e/ou retrocessos no que tange à universalização, cobertura, rendimento e qualidade desse nível de

ensino, principalmente em municípios mais carentes e com situações sociais bastante complexas.

2. UMA ANÁLISE DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES

O presente capítulo será dedicado ao estudo da educação fundamental em Ribeirão Neves, tendo como ponto de partida a contextualização socioeconômica do município. A contextualização considera algumas variáveis que podem impactar na oferta da educação. Logo em seguida, serão apresentados dados educacionais do município do ano de 2005 a 2015 a partir de variáveis que se referem à cobertura, rendimento, movimento, qualidade e, por fim, infraestrutura e contexto escolar.

2.1 Um panorama socioeconômico do município de Ribeirão das Neves

O município de Ribeirão das Neves, criado no ano de 1953, faz parte da Região Metropolitana de Belo Horizonte e conta com uma área territorial de 153,41km² (PNUD / Atlas de Desenvolvimento Humano, 2013). A cidade tem 296.317 habitantes, sendo o 7º município mais populoso de Minas Gerais (Censo Demográfico, 2010). A cidade sofreu um rápido e desordenado crescimento populacional a partir da década de 1970, quando tinha 9.707 mil habitantes, e nas décadas seguintes apresentou crescimento muito superior à média estadual e nacional, passando para 67.257 mil, em 1980; 143.852, em 1991, e 296.317, em 2000 (Censos do IBGE). Esse forte crescimento populacional resultou no surgimento de 180 bairros e gerou diversos problemas sociais e urbanos, dificultando a difusão de informação de forma eficiente e gerando desconhecimento por parte da população de algumas das características do município. Mas também, como veremos adiante, houve melhorias nos indicadores sociais a partir dos anos 90.

As abordagens de Schultz (1963) e posteriormente de Becker (1964) revelam que o investimento em capital humano pode contribuir positivamente sobre o nível de renda. (apud SOUZA, 2014, p. 1) Nessa ótica, a educação é caracterizada como um investimento, pois possui a capacidade de gerar aumento da produtividade do fator trabalho. Especificamente sobre a educação pública, Schultz (1963) argumenta que o investimento em capital humano pode contribuir na redução da desigualdade de renda, uma vez que pode atingir parcela da população que não possui recursos para adquirir uma educação privada (apud SOUZA, 2014,

p. 1). Assim, uma melhora distributiva no nível educacional pode refletir em efeitos positivos sobre o nível de desigualdade de renda de uma população. Jallade (1978) enfatiza esta perspectiva ao assegurar que políticas públicas voltadas para à educação podem promover uma melhora na distribuição de renda.

A renda *per capita* e a desigualdade, portanto, são componentes essenciais para entender o quadro atual da educação no ensino fundamental em Ribeirão das Neves. As Tabelas 2 e 3 apresentam dados relacionados à renda, pobreza e desigualdade no município, comparando com Minas Gerais e Brasil, e a evolução destes mesmos dados em três momentos distintos do município.

Tabela 2: Renda, pobreza e desigualdade no município de Ribeirão das Neves, em Minas Gerais e no Brasil (2010)

Indicadores	Ribeirão das Neves	Minas Gerais	Brasil
Renda per capita (em R\$)	479,77	749,69	793,87
% de extremamente pobres	2,21	3,49	6,62
% de pobres	9,25	10,97	15,20
Índice de Gini	0,39	0,56	0,60

Fonte: PNUD, Ipea e FJP; 2016. Elaboração própria.

Observa-se diferença significativa em relação à renda per capita do município comparado a média estadual e nacional. Apenas R\$ 479,77 contra R\$ 749,69 em Minas Gerais e R\$ 793,87 no Brasil. A porcentagem de extremamente pobre (2,21%) é abaixo da média estadual (3,49%), e apresenta uma diferença maior com a média brasileira (6,62%). O mesmo vale para a porcentagem de pobres: 9,25% em Ribeirão das Neves, 10,97% em Minas Gerais e 15,20% no Brasil. O Índice de Gini de Ribeirão das Neves (0,39) é mais baixo que a média estadual (0,56) e nacional (0,60). Assim, verifica-se que o município, apesar de ter renda per capita baixa, apresenta menor percentual de pobres e extremamente pobres que Minas Gerais e Brasil, e ainda menor desigualdade social.

Tabela 3: Renda, pobreza e desigualdade no município de Ribeirão das Neves (1991, 2000 e 2010)

Indicadores	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	236,82	319,28	479,77
% de extremamente pobres	13,65	6,41	2,21
% de pobres	40,68	24,79	9,25
Índice de Gini	0,45	0,43	0,39

Fonte: PNUD, Ipea e FJP; 2016. Elaboração própria.

Observando os mesmos dados ao longo do período no município, verifica-se que a renda *per capita* aumentou 103% (R\$ 236,82 para R\$ 479,77) em 19 anos. O percentual de extremamente pobres diminuiu 84% (13,65% para 2,21%) e o de pobres diminuiu 77% (40,68% para 9,25). O Índice de Gini sofreu menor variação ao longo dos anos, o município em 2010 era 13% menos desigual que em 1991 (0,45 para 0,39).

A renda *per capita* é considerada também um componente para constatar qual o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)⁶, além da longevidade e a educação. O IDHM em Ribeirão das Neves foi de 0,684, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699), e abaixo do IDH do Brasil (0,727) e de Minas Gerais (0,731).

“De 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,396, em 1991, para 0,684, em 2010, enquanto o IDHM do estado de Minas Gerais passou de 0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 72,73% para o município e 47% para a estado; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 52,32% para o município e 53,85% para a estado” (PNUD/ Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013).

O ranking IDHM estimula formuladores e implementadores de políticas públicas no nível municipal a priorizar a melhoria da vida das pessoas em suas ações e decisões, inclusive no âmbito das políticas públicas na área de educação. O IDHM de Ribeirão das Neves embora se encontre abaixo da média do estado e do país apresentou evolução considerável ao longo dos anos.

⁶ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.

O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global - longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros. Assim, o IDHM - incluindo seus três componentes, IDHM Longevidade, IDHM Educação e IDHM Renda - conta um pouco da história dos municípios em três importantes dimensões do desenvolvimento humano durante duas décadas da história brasileira. (Fonte, PNUD)

Outro elemento importantíssimo na caracterização socioeconômica do município em período mais recente e, portanto, no estudo da educação pública em Ribeirão das Neves, é o Programa Bolsa Família (PBF), um programa de transferência direta de renda do governo federal às famílias pobres, cujo objetivo é diminuir a pobreza e a desigualdade social no Brasil. Ele foi criado em outubro de 2003, sendo sua gestão descentralizada, ou seja, tanto a União, quanto os estados, o Distrito Federal e os municípios têm atribuições em sua execução. Em nível federal, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) era o responsável pelo Programa, e a Caixa Econômica Federal é o agente que executa os pagamentos.

O Programa Bolsa Família tem um papel fundamental em reforçar o acesso das famílias à educação e à saúde, por meio de alguns compromissos, chamados condicionalidades às famílias beneficiárias. Mas não são apenas os beneficiários que têm a responsabilidade de cumprir esses compromissos. O poder público também deve ter um foco nessas famílias ao garantir a elas a oferta e a qualidade dos serviços. Na área da educação, os responsáveis devem matricular as crianças e os adolescentes de 6 a 17 anos na escola, além de garantir a frequência escolar das mesmas que deve ser de, pelo menos, 85% das aulas para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e de 75% para jovens de 16 e 17 anos, todo mês.

Os três níveis de governo (federal, estadual e municipal) trabalham em conjunto para acompanhar os compromissos do PBF. Essa operação envolve o registro, em sistemas específicos, de informações sobre a frequência escolar. Tal esforço se justifica na área da educação para: garantir que o poder público ofereça, efetivamente, os serviços de educação à população em situação de pobreza e extrema pobreza; identificar quadros de vulnerabilidades entre as famílias que estão com dificuldades para acessar esses serviços públicos e contribuir para o desenvolvimento saudável das crianças e para que os estudantes de famílias do Bolsa Família concluam a educação básica, tendo melhores condições de vencer o ciclo de pobreza (Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário, 2015)

Soares, et. al. (2006) concluíram que programas de transferência de renda, com destaque para o Bolsa Família, foram importantes redutores da desigualdade no Brasil nos últimos anos, especificamente ao analisar a queda do índice de Gini brasileiro. Além disso, ligado a área educacional, o programa Bolsa Família é o maior programa do mundo que oferece incentivos às famílias para matricular seus filhos na escola.

A expansão dos recursos do PBF no município, suas condicionalidades e a gestão descentralizada podem ser um dos fatores que propiciaram a evolução na cobertura do ensino

fundamental em Ribeirão das Neves, como será descrito no subcapítulo 2.2 deste trabalho. A seguir, a Tabela 4 apresenta dados de transferências de recursos do Programa Bolsa Família em Ribeirão das Neves no período de 2005 a 2015:

Tabela 4: Recursos do Programa Bolsa Família transferidos ao município de Ribeirão das Neves (2005-2015)

Ano	Total destinado aos favorecidos no município	% de crescimento anual	Total de beneficiários no município	% de crescimento anual
2005	R\$ 6.496.057,00	-	11.469	-
2006	R\$ 8.734.764,00	34,46	14.017	22,22
2007	R\$ 9.491.146,00	8,66	13.088	-6,63
2008	R\$ 11.299.592,00	19,05	11.815	-9,73
2009	R\$ 13.980.348,00	23,72	16.059	35,92
2010	R\$ 17.945.793,00	28,36	18.390	14,52
2011	R\$ 22.116.496,00	23,24	17.609	-4,25
2012	R\$ 25.475.208,00	15,19	17.636	0,15
2013	R\$ 25.935.842,00	1,81	16.024	-9,14
2014	R\$ 24.438.136,00	-5,77	14.364	-10,36
2015	R\$ 24.044.870,00	-1,61	14.340	-0,17

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social, Data Social / Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família, 2016. Elaboração própria.

Verifica-se que ao final de uma década o total destinado ao Programa Bolsa Família aumentou 270,15% (R\$ 8.191.788,00 para R\$ 24.044.870,00). Em relação ao total de beneficiários houve grande oscilação ao longo do tempo. Ainda sim, percebe-se um aumento de 25,03% do ano de 2005 até o ano de 2015 (11.469 para 14.340 beneficiários).

Portanto, esta seção destacou alguns dados socioeconômicos, com renda *per capita*, percentual de extremamente pobres e percentual de pobres menor que a média estadual e nacional. Além disso, o IDHM de Ribeirão das Neves é 0,684, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699), e abaixo do IDH do Brasil (0,727) e de Minas Gerais (0,731). Estas variáveis diagnosticaram a complexidade do município com as questões sociais e certamente influenciam também nos resultados do ensino fundamental, que serão abordados a seguir.

2.2 Uma análise da situação do ensino fundamental no município de Ribeirão das Neves nos últimos dez anos

O município de Ribeirão das Neves conta com uma população infanto-juvenil em idade escolar de 151.244 (Censo Demográfico, 2010), o que representa 51,05% da população.

Além disso, o município conta com 49 escolas da rede estadual e 42 da rede municipal (MEC/INEP, 2012).

O IDHM-Educação⁷ era de 0,591, em 2010, o que situa esse município na faixa de desenvolvimento em educação baixo (IDHM-Educação menor que 0,600), estando ainda abaixo do IDH-Educação do Brasil (0,637) e de Minas Gerais (0,638), considerados médios.

Para este trabalho serão apresentados dados que demonstrarão diferenças entre as médias dos indicadores educacionais em Ribeirão das Neves, Minas Gerais e Brasil, diferenças nos resultados dos indicadores educacionais entre a rede municipal e estadual, e diferenças entre os anos iniciais e finais do ensino fundamental - do 1º ao 5º ano, e os anos finais, do 6º ao 9º ano. Desta forma, a seguir serão apresentados os seguintes indicadores, no período de 2005 a 2015: i) variáveis de cobertura: número de matrículas; ii) variáveis de rendimento: taxa de distorção idade-série e taxa de aprovação ; iii) variável de movimento: taxa de abandono; iv) variáveis de qualidade: IDEB, média do desempenho em português e matemática; v) indicadores de infraestrutura: porcentagem de escolas públicas com biblioteca laboratório de informática e ciências; e vi) indicadores de contexto: média de alunos por turmas, média de horas-aula, percentual de escolas públicas integrais e percentual de docentes com curso superior.

2.2.1 Indicadores de cobertura e rendimento no ensino fundamental de Ribeirão das Neves

Esta seção tem como objetivo discutir indicadores de cobertura e rendimento da educação fundamental em Ribeirão das Neves. Os mesmos são importantes para entender como o município de Ribeirão das Neves e o estado de Minas Gerais estão se comportando com suas responsabilidades relacionadas à gestão do ensino fundamental, além de verificar o rendimento dos alunos ao longo dos últimos dez anos.

7 O IDHM-Educação é medido por meio de dois indicadores. A escolaridade da população adulta é medida pelo percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo - tem peso 1. O fluxo escolar da população jovem é medido pela média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental, do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo - tem peso 2. A medida acompanha a população em idade escolar em quatro momentos importantes da sua formação. Isso facilita aos gestores identificar se crianças e jovens estão nas séries adequadas nas idades certas. A média geométrica desses dois componentes resulta no IDHM Educação. Os dados são do Censo Demográfico do IBGE. (PNUD/ Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013)

O primeiro indicador explorado é a evolução no número de matrículas no ensino fundamental do município estudado nos anos de 2005 a 2015, conforme Tabela 5 a seguir.

Tabela 5: Evolução do número das matrículas do ensino fundamental (anos iniciais e finais) na rede pública do município de Ribeirão das Neves (2005-2015)

Ano	Anos Iniciais			Anos Finais		
	Estadual	Municipal	Total	Estadual	Municipal	Total
2005	19.528	8.389	27.917	18.598	3.653	22.251
2006	18.746	9.252	27.998	18.302	3.808	22.110
2007	16.888	10.061	26.949	17.817	3.741	21.558
2008	17.486	9.866	27.352	19.412	2.694	22.106
2009	16.687	9.569	26.256	20.377	2.838	23.215
2010	16.183	9.682	25.865	19.491	2.936	22.427
2011	15.195	8.776	23.971	20.181	3.011	23.192
2012	14.332	8.625	22.957	20.061	3.016	23.077
2013	13.467	8.661	22.128	19.473	3.157	22.630
2014	13.609	8.798	22.407	19.155	3.222	22.377
2015	13.511	8.397	21.908	18.323	3.008	21.331

Fonte: INEP/ Censo Escolar, 2016. Elaboração própria.

Nota: Considera-se “anos iniciais do ensino fundamental” da 1ª a 4ª série / 1º ao 5º ano; e “anos finais do ensino fundamental” da 5ª a 8ª série / 6º ao 9º ano.

Observa-se na Tabela 5 que nos anos iniciais há uma enorme diferença no número de matrículas nas redes municipais e estaduais em todos os anos. Em 2005, 70% das matrículas foi de responsabilidade do estado contra apenas 30% do município. Esta diferença diminuiu muito pouco ao longo dos anos: em 2015, 61% das matrículas foi de responsabilidade do estado contra apenas 39% do município. Nos anos finais do ensino fundamental é observado diferenças ainda maiores. Em 2005, 84% das matrículas em todo o município foram para a rede estadual contra apenas 16% na rede municipal. O que impressiona é que esta diferença percentual ao invés de diminuir, aumentou um pouco no fim do período descrito: 86% das matrículas na rede estadual e 14% na rede municipal.

Nos anos iniciais de ensino, o percentual de matrículas na rede municipal aumentou 8% em relação à rede estadual de 2005 até 2007 (1.672 matrículas de diferença entre os anos). Já nos anos finais o percentual de matrículas da rede municipal aumentou apenas 1% em relação à rede estadual de 2005 até 2007 (88 matrículas de diferença entre os anos). Observou-se curiosamente também que após o ano de 2007 houve quedas no número de matrículas nas escolas municipais, tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais, o que leva a constatação de que o processo de municipalização do ensino fundamental em Ribeirão das Neves não foi progressivo ao longo dos anos.

Por último, constata-se que o número total de matrículas nos anos iniciais caiu de 27.917 em 2005 para 21.908 em 2015, enquanto nos anos finais caiu de 22.251 em 2005 para 21.331 em 2015. Uma hipótese para explicar esta queda pode ser a taxa de natalidade que vem diminuindo: a população que possui menos de 15 anos passou de 81.243 em 2000 para 76.689, 2010.

A pergunta-chave que emerge após a observação dos dados acima é: porque, mesmo após o processo de municipalização pós CF/88 e com a vigência do FUNDEF e FUNDEB, o governo estadual continua com o maior número de matrículas em Ribeirão das Neves – com destaque para os anos finais?

O FUNDEF foi um dos grandes indutores para que as matrículas fossem municipalizadas no Brasil, como aponta Melo (2005) esse fundo:

“(…)produziu uma revolução na estrutura de incentivos da educação. Os prefeitos empenharam-se ativamente em atrair novos alunos porque receberiam mais transferências do fundo. Além disso, este encorajou a descentralização dos estados para os municípios, dado que haveria transferências negativas em alguns municípios se os serviços educacionais fossem prestados pelos estados. A nova estrutura de incentivos produziu dois resultados importantes: criou fortes incentivos para os governos municipais expandirem a cobertura nos seus territórios; e encorajou os municípios a assumirem os serviços educacionais prestados pelos estados” (Melo, 2005, p 874)

O município de Ribeirão das Neves apresenta um quadro atípico da média brasileira, no qual a grande maioria das matrículas estão sob responsabilidade da rede municipal. Em 1997, a rede municipal no Brasil contava com 40,7% das matrículas do ensino fundamental, e após o processo de municipalização ao longo da década de 90 e início dos anos 2000, passou para 60,3% em 2006 (INEP, 2016). Uma justificativa hipotética para o município mineiro ainda concentrar a maioria as matrículas na rede estadual, é que a rede municipal continua fragilizada e, provavelmente, possui problemas de recursos, de infraestrutura, entre outros.

Um dos indicadores importantes para compreender o rendimento escolar é a taxa de distorção idade-série, que representa a proporção de alunos com mais de 2 anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos 6 anos de idade, permanecendo no ensino fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nesta modalidade até os 14 anos de idade. O cálculo da distorção idade-série é realizado a partir de dados coletados no Censo Escolar. A Tabela 6 apresenta esta taxa para o município de Ribeirão das Neves, Minas Gerais e Brasil, no período de 2007 a 2015.

Tabela 6: Taxa de distorção idade-série do ensino fundamental (anos iniciais e finais) na rede pública de Ribeirão das Neves, em Minas Gerais e no Brasil (2007-2015)

Ano	Ribeirão das Neves		Minas Gerais		Brasil	
	Anos Iniciais	Anos Finais	Anos Iniciais	Anos Finais	Anos Iniciais	Anos Finais
2007	11,8	32,1	16,5	32,2	24,6	36,9
2008	7,9	30,3	14,8	30,1	19,4	30,1
2009	6,1	29,0	14,1	30,6	20,6	31,8
2010	6,3	28,4	12,9	30,1	20,6	32,7
2011	6,5	26,9	12,0	28,9	20,1	32,0
2012	6,1	26,6	10,4	27,6	18,9	31,4
2013	5,0	25,2	8,7	26,1	17,6	30,7
2014	4,3	22,3	6,7	23,7	16,0	30,6
2015	3,6	21,0	5,6	22,1	15,0	30,1

Fonte: INEP/ Indicadores Educacionais, 2016. Elaboração própria.

Notas: 1) Considera-se “anos iniciais do ensino fundamental” da 1ª a 4ª série / 1º ao 5º ano; e “anos finais do ensino fundamental” da 5ª a 8ª série / 6º ao 9º ano. 2) Inclui-se apenas dados das redes de escolas públicas (estadual e municipal).

Nota-se que tanto Ribeirão das Neves, quanto Minas Gerais e o Brasil possuem diferenças expressivas na taxa de distorção idade-série nos anos iniciais e finais. Em todos os anos verifica-se que nos anos finais a taxa de distorção idade-série é sempre superior aos anos iniciais, algo esperado dado que a distorção tende a aumentar ao longo dos anos de estudos.

O município apresentou declínios de 2007 a 2015 nos anos iniciais: de 11,8% em 2007 para 3,6% em 2015 (queda de 8,3%). Já nos anos finais a redução foi de 32,1% em 2007 para 21% em 2015 (queda de 11,1%). O estado de Minas Gerais também apresentou queda neste indicador: de 16,5% em 2007 para 5,6% em 2015 (queda de 10,9%) nos anos iniciais, enquanto nos anos finais o declínio foi de 32,2% em 2007 para 22,1% (queda de 10,1%). A média brasileira nos anos iniciais foi de 24,6% em 2007 e 15% em 2015 (queda de 9,6%). Já nos anos finais o percentual foi de 35,9% em 2007 e 30,1% em 2015 (queda de 6,8%). A partir da descrição desses dados, pode-se concluir que Ribeirão das Neves teve desempenho superior ao Brasil e obteve resultados similares ao de Minas Gerais.

A Tabela 7 apresenta a taxa de distorção idade-série no ensino fundamental do município de Ribeirão das Neves, nos anos iniciais e finais, comparando redes públicas estaduais e municipais de 2007 a 2015.

Tabela 7: Taxa de distorção idade-série do ensino fundamental (anos iniciais e finais), por rede pública estadual e municipal de Ribeirão das Neves (2007-2015)

Ano	Anos Iniciais		Anos Finais	
	Estadual	Municipal	Estadual	Municipal
2007	15,3	6,1	30,7	38,9
2008	9,2	5,5	30,6	27,8
2009	5,8	6,4	29,2	28,2
2010	5,9	7,0	27,7	32,6
2011	5,7	7,8	26,5	29,9
2012	5,5	7,1	26,0	30,4
2013	4,5	5,7	24,5	29,4
2014	4,1	4,5	21,6	26,7
2015	3,3	4,1	19,9	27,3

Fonte: INEP/ Indicadores Educacionais, 2016. Elaboração própria.

Nota: 1) Considera-se “anos iniciais do ensino fundamental” da 1ª a 4ª série / 1º ao 5º ano; e “anos finais do ensino fundamental” da 5ª a 8ª série / 6º ao 9º ano

Ao longo do período, nos anos iniciais do ensino fundamental, as redes estadual e municipal tiveram uma melhora na taxa de distorção idade-série, 78% (15,3 para 3,3) e 33% (6,1 para 4,1), respectivamente. Já nos anos finais, as redes estadual e municipal também tiveram uma melhora nesse indicador, 35% (30,7 para 19,9) e 30% (38,9 para 27,3), respectivamente.

Destaca-se uma diferença colossal entre os anos iniciais e finais do ensino fundamental – tanto na rede estadual quanto municipal. Nos anos iniciais a rede estadual apresentou melhores resultados que a rede municipal nos anos de 2007 e 2008. Nos demais anos a rede municipal apresentou melhora, porém sem grandes diferenças. Nos anos finais a rede estadual apresentou melhores resultados em 2008 e 2009, nos demais anos a rede municipal obteve melhores resultados.

Magalhães (2016) e Dannemann (2012) discutem os desafios do ensino fundamental nos anos finais e descrevem alguns aspectos que podem contribuir com as taxas mais altas de distorção idade-série: uma das principais consequências da distorção idade-série é o baixo desempenho dos alunos em atraso escolar quando comparados aos alunos regulares, o que pode ser evidenciado pelos resultados inferiores aos esperados nas avaliações nacionais do ensino fundamental. No 6º ano, quando o aluno deixa de ter uma única professora e passa a ter diversos educadores que lecionam disciplinas específicas, há uma explosão na repetência e abandono.

O movimento e o rendimento escolar dizem respeito à situação do aluno ao final de cada ano letivo, constituindo-se, portanto, em uma informação que complementa os dados de matrícula inicial. Consideram-se no rendimento escolar o aluno aprovado ou o reprovado, e na categoria movimento escolar, o aluno transferido de uma escola e admitido em outra, o que deixou de frequentar a escola (afastado por abandono) e o falecido. No cálculo dos indicadores de rendimento, cada unidade de agregação usa um universo de alunos que exclui os que foram transferidos, os falecidos e os que não continham informações de rendimento naquele ano. Incluem-se no universo os alunos admitidos durante o ano letivo.

Para os propósitos desse trabalho, serão utilizados somente os indicadores de taxa de aprovação e de abandono. Segue abaixo a Tabela 8 que descreve o primeiro indicador em questão: a taxa de aprovação do ensino fundamental de Ribeirão das Neves em comparação com Minas Gerais e Brasil nos anos de 2005 a 2015.

Tabela 8: Taxa de aprovação no ensino fundamental (anos iniciais e finais) na rede pública de Ribeirão das Neves, em Minas Gerais e no Brasil (2007-2015)

Ano	Ribeirão das Neves		Minas Gerais		Brasil	
	Anos Iniciais	Anos Finais	Anos Iniciais	Anos Finais	Anos Iniciais	Anos Finais
2007	97,0	78,3	90,6	78,3	84,6	78,2
2008	96,4	77,3	91,3	78,8	85,7	78,2
2009	96,4	77,4	92,9	80,6	87,3	79,7
2010	97,5	79,3	94,6	82,1	88,8	81,2
2011	97,9	79,0	96,0	83,2	90,2	81,8
2012	98,8	82,5	96,1	84,8	90,6	82,6
2013	99,1	87,4	97,5	89,0	91,8	83,7
2014	99,3	86,0	97,8	88,2	91,7	83,2
2015	99,2	85,0	97,7	87,0	92,2	84,1

Fonte: INEP/ Indicadores Educacionais, 2016. Elaboração própria.

Notas: 1) Considera-se “anos iniciais do ensino fundamental” da 1ª a 4ª série / 1º ao 5º ano; e “anos finais do ensino fundamental” da 5ª a 8ª série / 6º ao 9º ano. 2) Inclui-se apenas dados das redes de escolas públicas (estadual e municipal).

Verifica-se que em Ribeirão das Neves, em Minas Gerais e no Brasil as taxas de aprovação do ensino fundamental tiveram uma evolução positiva ao longo de período e são superiores nos anos iniciais comparados aos anos finais. A taxa de aprovação em Ribeirão das Neves nos anos iniciais em 2007 era de 97% e em 2015 foi de 99,2% (crescimento de 2,2%). Nos anos finais, em 2007 a taxa de aprovação era de 78,3% e em 2015 passou para 85% (crescimento de 6,7%). Em Minas Gerais, a taxa de aprovação nos anos iniciais era de 90,6% e nos anos finais 97,7 (crescimento de 7,7%). Nos anos finais a diferença foi maior: 78,3% em

2007 e 87% em 2015 (crescimento de 8,7%). Já no Brasil a mesma taxa nos anos iniciais em 2007 representava 84,6% e em 2015 foi 92,2% (aumento de 7,6%). Nos anos finais, em 2007 a taxa era 78,2% enquanto em 2015 representava 84,1% (aumento de 5,9%)

Contrapondo Ribeirão das Neves com Minas Gerais, verifica-se que nos anos iniciais em todos os anos descritos, as taxas de aprovação no município são superiores às do estado. Em 2005, a diferença era de 6,4% e em 2015 a diferença caiu para 1,5%. Entretanto, nos anos finais ocorre o inverso: o município tem taxas inferiores ao estado. Em 2005 as taxas eram equivalentes, mas em 2015 a diferença era 2% maior no estado.

Defrontando Ribeirão das Neves com o Brasil constata-se um fenômeno parecido com o estado nos anos iniciais: o município possui taxas superiores ao Brasil em todos os anos. Em 2005 a diferença era de 12,4% e em 2015 a diferença caiu para 7%. Nos anos finais existem diferenças ao longo dos anos. Em 2007 o município apresenta taxa maior (apenas 0,1% superior), de 2008 a 2012 o país tinha taxa maior. E de 2013 a 2015 o município consegue taxas melhores (no entanto, as diferenças são pequenas).

A Tabela 9 apresenta a taxa de aprovação nas redes estaduais e municipais de Ribeirão das Neves, no mesmo período de 2007 a 2015.

Tabela 9: Taxa de aprovação do ensino fundamental (anos iniciais e finais), por rede pública estadual e municipal de Ribeirão das Neves (2007-2015)

Ano	Anos Iniciais		Anos Finais	
	Estadual	Municipal	Estadual	Municipal
2007	97,3	96,5	78,0	80,9
2008	96,6	96,0	78,0	71,9
2009	97,0	95,3	77,7	75,0
2010	98,3	96,1	80,4	72,4
2011	98,7	96,6	79,1	78,6
2012	99,2	98,2	83,2	78,1
2013	99,2	99,0	87,1	89,4
2014	99,3	99,2	85,9	86,3
2015	99,2	99,2	84,7	86,8

Fonte: INEP/ Indicadores Educacionais, 2016. Elaboração própria.

Nota: Considera-se “anos iniciais do ensino fundamental” da 1ª a 4ª série / 1º ao 5º ano; e “anos finais do ensino fundamental” da 5ª a 8ª série / 6º ao 9º ano.

Percebe-se que a taxa de aprovação no ensino fundamental tanto nos anos iniciais e finais não se difere significativamente nas redes municipais e estaduais. Nos anos iniciais, a

rede estadual apresenta uma taxa superior ao longo dos anos e nos anos finais ocorre o oposto, a rede municipal apresenta melhor resultado.

Sobre a aprovação menor nos anos finais é preciso lembrar que a educação é um processo contínuo. A aprendizagem em fases de ensino mais avançadas depende de conhecimentos que deveriam ter sido desenvolvidos e consolidados nas etapas anteriores. Quando se acumulam muitas lacunas de uma fase para outra – como é a realidade para muitos alunos brasileiros –, as dificuldades individuais vão se aprofundando progressivamente. As turmas, em consequência, vão se tornando cada vez mais heterogêneas, congregando alunos que estão em fases de aprendizagem diversas (Magalhães, 2015).

Por fim, a Tabela 10 apresenta a taxa de abandono em Ribeirão das Neves, em Minas Gerais e no Brasil nos últimos dez anos.

Tabela 10: Taxa de abandono do ensino fundamental (anos iniciais e finais) na rede pública de Ribeirão das Neves, em Minas Gerais e no Brasil (2007-2015)

Ano	Ribeirão das Neves		Minas Gerais		Brasil	
	Anos Iniciais	Anos Finais	Anos Iniciais	Anos Finais	Anos Iniciais	Anos Finais
2007	1,3	4,0	1,5	5,9	3,5	7,4
2008	1,0	5,2	1,2	5,4	3,2	6,9
2009	0,8	4,6	0,9	4,6	2,5	5,9
2010	0,8	3,1	0,7	4,0	2,0	5,3
2011	1,0	3,2	0,6	4,0	1,7	4,8
2012	0,8	2,8	0,6	3,5	1,7	4,6
2013	0,7	3,3	0,4	3,0	1,3	4,0
2014	0,5	2,7	0,3	2,7	1,3	4,1
2015	0,6	2,2	0,4	2,6	1,1	3,7

Fonte: INEP/ Indicadores Educacionais, 2016. Elaboração própria.

Notas: 1) Considera-se “anos iniciais do ensino fundamental” da 1ª a 4ª série / 1º ao 5º ano; e “anos finais do ensino fundamental” da 5ª a 8ª série / 6º ao 9º ano. 2) Inclui-se apenas dados das redes de escolas públicas (estadual e municipal).

Nota-se na Tabela 10 acima que em Ribeirão das Neves, em Minas Gerais e no Brasil houve uma melhoria nas taxas de abandono do ensino fundamental, que são superiores nos anos finais comparados aos anos iniciais. A taxa de abandono em Ribeirão das Neves nos anos iniciais em 2007 era de 1,3% e em 2015 foi 0,6% (queda 0,7%). Nos anos finais, em 2007 a taxa de abandono era de 4% e em 2015 passou para 2,2% (queda de 1,8%).

Comparando Ribeirão das Neves com Minas Gerais verifica-se que nos anos iniciais ora o município tinha taxa de abandono menor e ora era o estado, mas as diferenças são

insignificantes. Entretanto, nos anos finais o município tem taxas inferiores ao estado – exceto no ano de 2013. Em 2005 a diferença era de 1,9% e em 2007 e em 2015 a alteração foi apenas 0,4%. Em relação à média nacional, Ribeirão da Neves apresenta taxas de abandono menores em todos os anos, tanto para os anos iniciais quanto os anos finais do ensino fundamental. Nos anos iniciais em 2007 a diferença era de 2,2% e em 2015 a diferença caiu para 0,5%. Nos anos finais em 2007 a diferença era de 3,4% e em 2015 a diferença caiu para 1,5%.

Tabela 11: Taxa de abandono do ensino fundamental (anos iniciais e finais), por rede pública estadual e municipal de Ribeirão das Neves (2007-2014)

Ano	Anos Iniciais		Anos Finais	
	Estadual	Municipal	Estadual	Municipal
2007	1,5	1,5	4,0	3,7
2008	1,1	0,9	5,4	4,1
2009	0,8	0,9	4,8	4,0
2010	0,6	1,0	2,9	4,4
2011	0,9	1,1	3,2	3,0
2012	0,7	1,0	2,8	3,1
2013	0,7	0,6	3,4	2,6
2014	0,5	0,6	2,5	3,8
2015	0,5	0,7	2,2	2,3

Fonte: INEP/ Indicadores Educacionais, 2016. Elaboração própria.

Nota: Considera-se “anos iniciais do ensino fundamental” da 1ª a 4ª série / 1º ao 5º ano; e “anos finais do ensino fundamental” da 5ª a 8ª série / 6º ao 9º ano.

Confrontando dados das redes municipais e estaduais verifica-se que na rede estadual há taxas menores de abandono do que nos anos iniciais (diferença de 0,2 no último ano). Nos anos finais de ensino há variações entre as redes: em 2010, 2012, 2014 e 2015 a gestão estadual tem melhor desempenho enquanto nos demais anos analisados o município. Comparando os anos iniciais e finais de ensino verifica-se maiores taxas de abandono nos anos finais (2,2 na rede estadual nos anos finais, contra 0,5 na mesma rede nos anos iniciais no ano de 2015 e 2,3 na rede estadual nos anos finais, contra 0,7 na mesma rede nos anos iniciais no ano de 2015).

Nos anos finais do ensino fundamental há a adaptação dos alunos ao novo sistema de ensino composto por vários professores especialistas, no lugar do generalista. As demandas antes organizadas por apenas um educador passa a ser realizadas por vários profissionais. Muitas vezes os conteúdos expostos não são tão atrativos como antes, o aluno perde o interesse e acaba abandonando a escola. Além disso, há crianças que precisam contribuir com

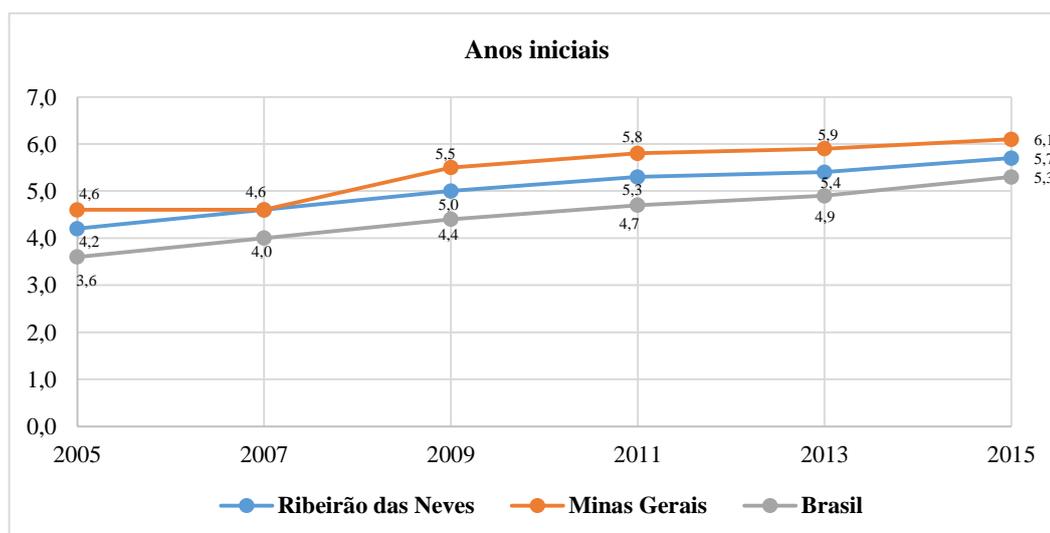
a sua força de trabalho a fim de aumentar a renda da família. Ainda há que considerar a gravidez precoce nesta idade, a escola não consegue muitas vezes receber as mães jovens e essas alunas evadem o ambiente escolar. Em outras situações, a desestrutura familiar, a falta de proficiência do docente e a oferta de uma escola pouco atrativa contribuem para comportamentos indisciplinados e a prática de atos infracionais que prejudicam o desenvolvimento do aluno, resultando num quadro de repetências.

2.2.2 Indicadores de Qualidade no Ensino Fundamental em Ribeirão das Neves

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado pelo Inep em 2007 e representa uma iniciativa pioneira no país de reunir em um só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb e a Prova Brasil (INEP, 2016).

Seguem abaixo os Gráficos 1 e 2 que descrevem as notas deste indicador no município de Ribeirão das Neves, em Minas Gerais e no Brasil nos anos iniciais e finais do ensino fundamental:

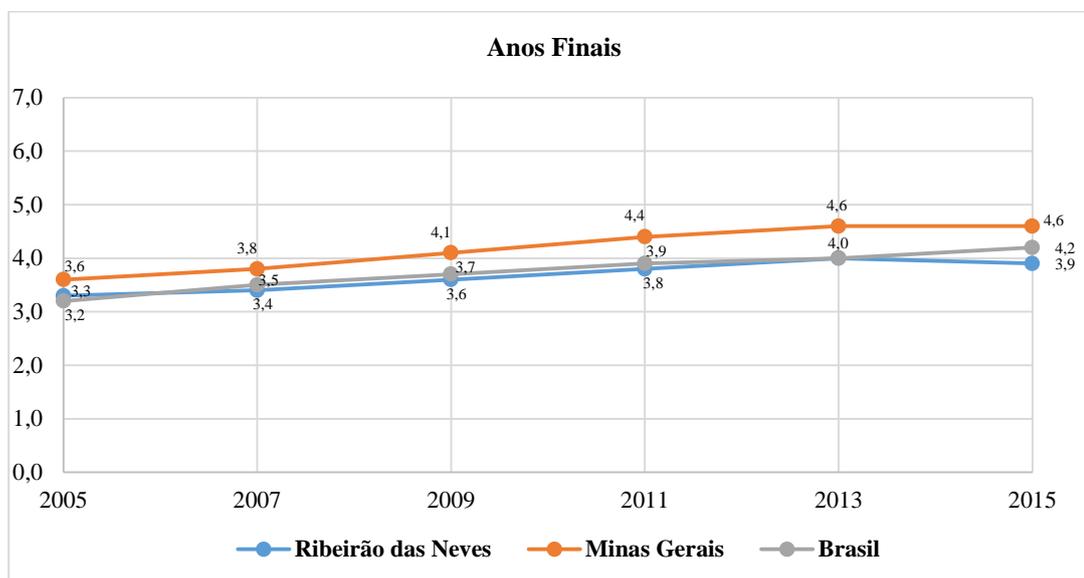
Gráfico 1: IDEB do ensino fundamental (anos iniciais) na rede pública de Ribeirão das Neves, em Minas Gerais e no Brasil (2005-2015)



Fonte: INEP/ Indicadores Educacionais, 2016. Elaboração própria.

Notas: 1) Considera-se “anos iniciais do ensino fundamental” da 1ª a 4ª série / 1º ao 5º ano; e “anos finais do ensino fundamental” da 5ª a 8ª série / 6º ao 9º ano.2) Inclui-se apenas dados das redes de escolas públicas (estadual e municipal).

Gráfico 2: IDEB do ensino fundamental (anos finais) na rede pública de Ribeirão das Neves, em Minas Gerais e no Brasil (2005-2015)



Fonte: INEP/ Indicadores Educacionais, 2016. Elaboração própria.

Notas: 1) Considera-se “anos iniciais do ensino fundamental” da 1ª a 4ª série / 1º ao 5º ano; e “anos finais do ensino fundamental” da 5ª a 8ª série / 6º ao 9º ano. 2) Inclui-se apenas dados das redes de escolas públicas (estadual e municipal).

No primeiro gráfico, que descreve os anos iniciais, observa-se que Ribeirão das Neves possui uma média inferior à média estadual e superior à média nacional. Em 2005, o município tinha média de 4,2 e em 2015 subiu para 5,7. Já no segundo gráfico (anos finais), em 2005 o município tinha média 3,3 e em 2015 a nota foi de 3,9 (nos dois casos menor que as médias estadual e nacional)

Em relação a Minas Gerais (nos anos iniciais), Ribeirão das Neves tinha em 2005 nota do IDEB 4,2 e o estado nota 4,6 (diferença de 0,4). Em 2015, o município contava com uma nota 5,7, enquanto o estado obteve média 6,1 (diferença também de 0,4). Já nos anos finais em 2005, o município obteve média 3,3, enquanto Minas Gerais contava com nota 3,6 (diferença de 0,3). Em 2015 a diferença aumentou: Ribeirão das Neves com nota 3,9 e Minas Gerais com nota 4,6 (diferença de 0,6).

Ribeirão das Neves possui média superior na nota do IDEB que o Brasil nos anos iniciais. Em 2005, o país contava com uma média de 3,6, enquanto o município 4,2 (diferença de 0,6). Já em 2015 essa diferença foi reduzida: Ribeirão das Neves com nota 5,7 e Brasil com nota 5,3 (diferença de 0,4). Nos anos finais as médias quase se confundem. De 2005 a 2011 a diferença da média era de 0,1 em todas as provas. Em 2013 ambos tiveram a mesma

nota (4,0) e em 2015 a média municipal foi um pouco menor: 3,9 de Ribeirão das Neves contra 4,2 do Brasil.

A Tabela 12 apresenta as notas do IDEB em Ribeirão das Neves, em anos iniciais e finais, para as redes municipal e estadual de ensino:

Tabela 12: IDEB do ensino fundamental (anos iniciais e finais), por rede pública estadual e municipal de Ribeirão das Neves (2005-2015)

Ano	Anos Iniciais		Anos Finais	
	Estadual	Municipal	Estadual	Municipal
2005	4,2	4,3	3,3	3,5
2007	4,8	3,8	3,4	3,6
2009	5,1	4,7	3,7	3,3
2011	5,4	5,0	3,8	3,8
2013	5,6	5,0	4,0	4,0
2015	5,8	5,4	3,9	4,1

Fonte: INEP/ Indicadores Educacionais, 2016. Elaboração própria.

Notas: 1) Considera-se “anos iniciais do ensino fundamental” da 1ª a 4ª série / 1º ao 5º ano; e “anos finais do ensino fundamental” da 5ª a 8ª série / 6º ao 9º ano.

Em relação aos anos iniciais houve variação ao longo dos anos, com destaque para um desempenho melhor na rede estadual. Em 2005 escolas municipais tinham 4,2, enquanto escolas municipais 4,3. Mas a partir de 2007 ocorre o inverso – a rede estadual supera a rede municipal - e em 2015 se encontra superior a rede municipal, 5,8 e 5,4 respectivamente.

Nos anos finais as diferenças entre as duas redes são ínfimas. Em 2005 e 2007 a nota da rede municipal foi pouco maior, em 2009 a rede estadual supera com uma pequena diferença, nos anos de 2011 e 2013 a média das notas é idêntica e em 2015 a rede municipal teve média maior em relação à estadual (4,1 e 3,9 respectivamente).

Portanto, constatou-se diferenças bem expressivas nos anos iniciais nas redes estadual e municipal, com melhor desempenho da primeira. No ano de 2015 as duas redes superaram a meta estabelecida pelo INEP (média 5,0). Já nos anos finais, o desempenho é menor tanto nas redes estadual quanto municipal. Houve progressos, porém sem atingir a meta no fim do período analisado (média 4,5).

Outro indicador capaz de medir a qualidade de ensino é a média do desempenho em português e matemática. A Tabela 13 apresenta as médias de desempenho nestas disciplinas para Ribeirão das Neves, Minas Gerais e o Brasil.

Tabela 13: Média padronizada do desempenho em português e matemática no ensino fundamental (anos iniciais e finais) na rede pública de Ribeirão das Neves, Minas Gerais e do Brasil (2005-2013)

Ano	Ribeirão das Neves		Minas Gerais		Brasil	
	Anos Iniciais	Anos Finais	Anos Iniciais	Anos Finais	Anos Iniciais	Anos Finais
2005	4,53	4,35	5,12	4,71	4,39	4,28
2007	4,75	4,39	5,05	4,83	4,69	4,49
2009	5,16	4,66	5,88	5,12	5,04	4,67
2011	5,38	4,84	6,01	5,29	5,25	4,73
2013	5,49	4,59	6,09	5,20	5,33	4,72
2015	5,72	4,63	6,27	5,25	5,74	4,97

Fonte: INEP/ Prova Brasil, 2016. Elaboração própria.

Notas: 1) Considera-se “anos iniciais do ensino fundamental” da 1ª a 4ª série / 1º ao 5º ano; e “anos finais do ensino fundamental” da 5ª a 8ª série / 6º ao 9º ano. 2) Inclui-se apenas dados das redes de escolas públicas (estadual e municipal).

Observa-se que em relação aos anos iniciais, Ribeirão das Neves possui uma média inferior à média estadual e superior à média nacional (exceto no ano de 2015). Em 2005, o município tinha média de 4,53 e em 2015 subiu para 5,72. Já nos anos finais, em 2005 o município tinha média 4,35 (menor que a média estadual e maior que a média nacional) e em 2015 a nota foi 4,63 (menor que as médias estadual e nacional).

Em relação a Minas Gerais (nos anos iniciais), Ribeirão das Neves tinha em 2005 nota 4,53 e o estado nota 5,12 (diferença de 0,4). Em 2015, o município contava com uma nota 5,72 enquanto o estado obteve média 6,27 (diferença também de 0,55). Já nos anos finais em 2005, o município obteve média 3,35, enquanto Minas Gerais contava com nota 4,71 (diferença de 1,36). Em 2015 a diferença aumentou: Ribeirão das Neves com nota 4,63 e Minas Gerais com nota 5,25 (diferença de 0,62).

Ribeirão das Neves possui média superior de desempenho em português e matemática que o Brasil nos anos iniciais em todos os anos, exceto em 2015. Em 2005, o país contava com uma média de 4,53, enquanto o município 4,39 (diferença de 0,14). Já em 2015 as médias se inverteram: Ribeirão das Neves com 5,72 e o Brasil com média 5,74. Nos anos finais, os anos de 2007, 2009, 2013 e 2015 contaram com média inferior do município em relação ao Brasil. Nos anos de 2005 e 2011 a média foi um pouco superior ao do país.

Segue abaixo a Tabela 14, que representa a média padronizada do desempenho em português e matemática do ensino fundamental (anos iniciais e finais), por rede pública estadual e municipal de Ribeirão das Neves.

Tabela 14: Média padronizada do desempenho em português e matemática do ensino fundamental (anos iniciais e finais), por rede pública estadual e municipal de Ribeirão das Neves (2005-2013)

Ano	Anos Iniciais		Anos Finais	
	Estadual	Municipal	Estadual	Municipal
2005	4,51	4,62	4,29	4,69
2007	4,98	3,97	4,39	4,40
2009	5,24	4,96	4,70	4,34
2011	5,46	5,19	4,84	4,85
2013	5,65	5,09	4,61	4,47
2015	5,88	5,41	4,61	4,75

Fonte: INEP/ Prova Brasil, 2016. Elaboração própria.

Notas: 1) Considera-se “anos iniciais do ensino fundamental” da 1ª a 4ª série / 1º ao 5º ano; e “anos finais do ensino fundamental” da 5ª a 8ª série / 6º ao 9º ano.

Em relação aos anos iniciais houve aumento progressivo ao longo dos anos na rede estadual, e na rede municipal houve ora aumentos ora quedas, porém com ligeiro crescimento do resultado no fim do período analisado. Comparando as duas redes, com exceção de 2005, a rede estadual teve média superior à rede municipal. Em 2015, as escolas estaduais tinham média de 5,88 enquanto as municipais tinham média de 5,41.

Nos anos finais as diferenças entre as duas redes são menores. Em 2005, 2007, 2011 e 2015 a nota da rede municipal foi pouco maior, em 2009 e 2013 a rede estadual supera com uma diferença de 0,36 e 0,14 respectivamente.

A questão da qualidade é um grande desafio no município de Ribeirão das Neves e em todo o país. Muitos fatores são capazes de contribuir para uma melhora nos indicadores do IDEB e Média de padronizada do desempenho em Português e Matemática. A infraestrutura escolar pode ajudar os alunos a se desenvolverem intelectualmente. Espósito et. al (2000) encontraram resultados positivos para o efeito das condições de funcionamento de laboratórios e espaços adicionais para atividades pedagógicas. Deve, ainda, ser enfatizado que a pura e simples existência dos recursos escolares não é condição suficiente para que os recursos façam diferença: faz-se necessário que eles sejam efetivamente usados de modo coerente no âmbito da escola. Outro fator está ligado à organização e gestão escolar. Lee et. al (2004) registraram que a responsabilidade coletiva dos docentes, medida pelo empenho coletivo dos docentes quanto ao aprendizado dos alunos, é fator relevante para a qualidade escolar (apud FRANCO, Creso et al. p 282). Além disso, a formação e salários adequados dos docentes têm efeito positivo, como reporta Albernaz et. al. (2002)

A consolidação dos processos de avaliação educacional no Brasil tem levado ao aprofundamento de estudos sobre os fatores associados relevantes que possam explicar o desempenho escolar dos alunos. Entender esses fatores é de fundamental importância para o desenvolvimento de políticas públicas efetivas no campo da educação. A seguir serão apresentados dados de infraestrutura e contexto que darão uma direção para explicações ligadas para a qualidade de ensino no município de Ribeirão das Neves.

2.2.3 Indicadores de infraestrutura e contexto no ensino fundamental em Ribeirão das Neves

Promover a educação requer a garantia de um ambiente com condições para que a aprendizagem possa ocorrer. A infraestrutura escolar diz respeito aos materiais e estruturas físicas disponíveis nas escolas, incluindo os prédios, as salas, os equipamentos, os laboratórios, bibliotecas, dentre outros. Esses fatores são componentes fundamentais no âmbito escolar, pois o funcionamento da escola e o bom desempenho dos alunos dependem também dos recursos. Conforme descreve Neto (2013), no Brasil existe uma enorme disparidade existente entre as diversas redes de ensino, e entender esses fatores é de fundamental importância para o desenvolvimento de políticas públicas efetivas no campo da educação. Dessa forma, abaixo serão descritos alguns indicadores de infraestrutura escolar: porcentagem de escolas que possuem bibliotecas, laboratório de informática e de ciências.

A Tabela 15 apresenta dados que dizem respeito ao primeiro indicador de infraestrutura: porcentagem de escolas do ensino fundamental com biblioteca, por rede estadual e municipal.

Tabela 15: Porcentagem de escolas do ensino fundamental com biblioteca, por rede estadual e municipal do município de Ribeirão das Neves (2009-2015)

Ano	Municipal	Estadual
2009	72,5	98,0
2010	74,4	98,0
2011	81,8	98,0
2012	85,7	100,0
2013	88,4	100,0
2014	90,5	100,0
2015	94,1	100,0

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar, 2016

O número de bibliotecas cresceu do ano de 2009 até o ano de 2015, tanto na rede municipal quanto estadual. Em 2009, na rede municipal a porcentagem de bibliotecas era de 72,5, enquanto em 2015 este número passa a ser 94,1 (21.6% de aumento). Já na rede estadual em 2009 a porcentagem das escolas estaduais era de 98% e em 2015, 100% das escolas contavam com biblioteca (2% de aumento). Assim, percebe-se como a rede estadual se encontra avançada neste quesito.

A biblioteca é um recurso indispensável para o desenvolvimento do processo ensino aprendizagem e formação do educando/educador. Maior número de bibliotecas na rede estadual certamente tem impacto no aprendizado dos alunos, como visto na seção anterior em que os dados indicaram um desempenho superior na rede estadual.

Segundo Sobral (1982), a pedagogia define biblioteca escolar como força propulsora do processo educacional, instrumento que colabora com as metas educativas e força responsável pelas diversas atividades empregadas no desenvolvimento do currículo. Para Penalosa (1961), a presença do aluno na biblioteca contribui para seu desenvolvimento intelectual. Para que o estudante possa tirar todo o proveito de seus estudos, é mister que tenha entrada em uma biblioteca escolar. Como destaca o mesmo autor, para as tarefas e os trabalhos de classe a biblioteca é utilíssima. Para o desenvolvimento intelectual é indispensável.

A Tabela 16 apresenta dados que dizem respeito a porcentagem do ensino fundamental com laboratório de informática no município de 2007 a 2013 (não foram encontrados dados por rede de ensino):

Tabela 16: Porcentagem de escolas do ensino fundamental com laboratório de informática do município de Ribeirão das Neves (2007-2013)

Ano	Ensino Fundamental
2007	19,1
2008	31,8
2009	43,8
2010	48,9
2011	49,5
2012	48,4
2013	52,2

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar, 2016

Observa-se que no ensino fundamental o número de escolas com laboratórios de informática foi crescendo progressivamente ano a ano. Em 2007 havia 19,1% das escolas com laboratório de informática, quanto em 2013 este percentual era de 52,2% (aumento de 33,1%). Apesar do aumento significativo quase metade das escolas em Ribeirão das Neves não disponibilizam laboratório de informática para seus alunos.

De acordo com Cysneiros (2000), a inserção da informática no ambiente escolar faz-se necessária, permitindo o acesso dos indivíduos a um bem cultural que deveria ser disponível para todos. Cabe à escola pública propiciar às crianças e jovens a apropriação dessa tecnologia. Ainda segundo Marçal Flores (1996), a informática deve habilitar e dar oportunidade ao aluno de adquirir novos conhecimentos, facilitar o processo ensino/aprendizagem, enfim ser um complemento de conteúdos curriculares visando o desenvolvimento integral do indivíduo.

Por fim, a Tabela 17 apresenta dados ligados à porcentagem de escolas do ensino fundamental com laboratório de ciências por rede estadual e municipal em Ribeirão das Neves nos anos de 2007 a 2015.

Tabela 17: Porcentagem de escolas do ensino fundamental com laboratório de ciências, por rede estadual e municipal do município de Ribeirão das Neves (2007-2015)

Ano	Municipal	Estadual
2007	7,0	15,2
2008	5,0	20,8
2009	2,5	24,5
2010	2,3	30,6
2011	2,3	32,7
2012	2,4	32,7
2013	2,4	32,7
2014	4,8	32,7
2015	5,9	32,7

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar, 2016

De forma geral os dados apontam uma deficiência no número de escolas com laboratório de ciências, tanto na rede municipal quanto estadual. Na rede municipal em 2007, 7% das escolas contavam com laboratório de ciências enquanto em 2015 o número passa a ser 5.9% (queda de 1.1%). Um dado preocupante: além de uma porcentagem muito baixa, percebe-se que houve escolas municipais que fecharam seus laboratórios uma vez que houve queda. Hipoteticamente, as escolas não possuem insumos e materiais necessários para sua

manutenção e funcionamento dos laboratórios, já que estes necessitam de recursos para se manterem. Já na rede estadual a situação é um pouco melhor: em 2007, 15.2% das escolas contavam com laboratório de ciências, enquanto no último ano este número passa a ser 32.7% (aumento de 17.5%).

Segundo Weissmann (1998) o laboratório de ciências constitui-se em um ambiente de aprendizagem significativo no que se refere à capacidade do aluno em associar assuntos relacionados à teoria presente nos livros didáticos, pela realização de experiências, sendo um local de mudanças no ambiente de aprendizagem da sala de aula, permitindo ao aluno visualizar a teoria da sala de aula de forma dinâmica, vivenciando a teoria dos livros didáticos por meio da experimentação. Na escola, esse espaço se constitui na materialização de uma concepção didática, em uma maneira de visualizar e estruturar a produção dos conhecimentos científicos.

A seguir será descrito alguns indicadores de contexto, que dizem respeito à média de alunos por turma, horas-aulas das turmas, escolas integrais e à formação docente. A descrição desses indicadores irá propiciar uma melhor compreensão, para que por fim, esse trabalho possa realizar as conclusões sobre a situação do ensino fundamental no município de Ribeirão das Neves.

A Tabela 18 apresenta dados que dizem respeito ao primeiro indicador de contexto: média de alunos por turma no ensino fundamental nos anos iniciais e finais, por rede pública estadual e municipal:

Tabela 18: Média de alunos por turma do ensino fundamental (anos iniciais e finais), por rede pública estadual e municipal de Ribeirão das Neves (2007-2015)

Ano	Anos Iniciais		Anos Finais	
	Estadual	Municipal	Estadual	Municipal
2007	28,5	24,9	32,5	28,0
2008	28,7	24,5	33,4	30,0
2009	27,6	24,3	33,3	29,9
2010	26,8	23,5	32,6	29,6
2011	26,1	22,2	33,4	28,6
2012	25,6	22,0	33,5	27,7
2013	24,9	21,1	33,2	27,4
2014	24,9	21,0	33,5	27,2
2015	24,9	21,9	32,9	27,6

Fonte: INEP/ Indicadores Educacionais, 2016. Elaboração própria.

Notas: 1) Considera-se “anos iniciais do ensino fundamental” da 1ª a 4ª série / 1º ao 5º ano; e “anos finais do ensino fundamental” da 5ª a 8ª série / 6º ao 9º ano.

Nota-se que nos anos iniciais, a rede estadual possui média de alunos por turma superior a rede municipal em todos os anos. No ano de 2007, a diferença foi de 28,5 para 24,9 alunos. Enquanto no ano de 2015 este número diminuiu nas duas redes: de 24,9 (rede estadual) e 21,9 (rede municipal). Nos anos finais acontece da mesma forma, porém as médias são superiores nas duas redes. Em 2007 a média de alunos por turma das escolas estaduais foi de 32,5 enquanto nas escolas municipais foi 28 alunos. Em 2015 na rede estadual o número aumenta um pouco (0,2) enquanto na rede municipal a média diminui pouco (0,4). Em 2015 as médias estaduais e municipais foram 32,9 e 27,6 respectivamente.

Em 2010, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou um parecer (nº 8, de maio de 2010) que, entre outras medidas consideradas essenciais para um ensino de qualidade, limita a quantidade de estudantes em cada turma, que varia de acordo com a etapa educacional. De acordo com o documento, nos anos iniciais do ensino fundamental as classes não deveriam ter mais de 24 alunos, enquanto nos anos finais o limite seria de 30 alunos.

Assim, percebe-se que nos anos iniciais em Ribeirão das Neves no último ano há uma média superior à meta estabelecida pelo CNE na rede estadual (0,9 alunos a mais) enquanto a rede municipal consegue alcançar a meta (3,1 alunos a menos). Nos anos finais acontece algo semelhante: a média de alunos nas escolas estaduais em 2015 superam 2,9 alunos da meta estabelecida, enquanto a gestão municipal consegue manter uma média inferior a 2,4 alunos.

Uma hipótese para esta média superior na rede estadual pode ser o número de matrículas do ensino fundamental que permanece ainda em grande parte nas mãos do estado.

Outro indicador de contexto é a média de horas-aula dos alunos. Em Ribeirão das Neves, a média de horas-aula, nos anos iniciais do ensino fundamental na rede municipal, era de 4,3 e na rede estadual era de 4,5, e nos anos finais nas duas redes públicas era de 4,5. Ligado a este dado, tem-se o número de escolas integrais no ensino fundamental, representada na Tabela 19:

Tabela 19: Porcentagem de escolas do ensino fundamental (anos iniciais e finais) com matrículas em tempo integral do município de Ribeirão das Neves (2011-2014)

Ano	Anos Iniciais	Anos Finais
2011	49,4	44,9
2012	39,2	22,4
2013	43,8	46,9
2014	63,6	29,2

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar, 2016

Notas: 1) Considera-se “anos iniciais do ensino fundamental” da 1ª a 4ª série / 1º ao 5º ano; e “anos finais do ensino fundamental” da 5ª a 8ª série / 6º ao 9º ano. 2) O ano de 2011 foi o a data mais antiga que havia disponibilidade de dados.

Verifica-se um aumento no número de escolas com matrículas em tempo integral nos anos iniciais: 49.4% em 2011 e 63.6% em 2014 (aumento de 14.2%). Nos anos finais, no entanto, houve oscilações ao longo dos anos. 44.9% em 2011 e 29.2% 2014 (queda de 15.7%).

A defesa de ampliação do tempo escolar (geralmente para 7 horas) como medida necessária para a proteção de crianças e adolescentes diante do risco social está presente em todas as propostas de escola integral analisadas por Santos (2009), com maior ou menor expressão. Entende-se por situação de risco social a condição de crianças e adolescentes expostas à violência, ao uso e tráfico de drogas e a outros problemas que possam afetar sua integridade e prejudiquem seu pleno desenvolvimento. A outra justificativa forte é a inserção dos pais e mães no mercado de trabalho e a necessidade de um lugar para deixar os filhos. Quando não se tem um lugar de ensino, as crianças e jovens ficam à mercê e expostos na rua, por exemplo. A ampliação da jornada escolar seria, portanto, uma medida preventiva com a finalidade de afastar o aluno dessas ameaças, além de propiciar o atendimento aos educandos em situação de carência alimentar e nutricional.

O último dado a ser analisado a respeito do contexto escolar municipal é o percentual de docentes com curso superior no ensino fundamental nos anos iniciais e finais, conforme se verifica na Tabela 20 a seguir:

Tabela 20: Percentual de docentes com curso superior do ensino fundamental (anos iniciais e finais), por rede pública estadual e municipal do município de Ribeirão das Neves (2011-2015)

Ano	Anos Iniciais		Anos Finais	
	Estadual	Municipal	Estadual	Municipal
2011	90,5	66,7	93,7	100,0
2012	92,3	70,6	93,0	98,0
2013	90,8	68,8	90,5	98,2
2014	90,4	75,9	92,9	98,2
2015	89,7	78,2	91,6	90,8

Fonte: INEP/ Indicadores Educacionais, 2016. Elaboração própria.

Notas: 1) Considera-se “anos iniciais do ensino fundamental” da 1ª a 4ª série / 1º ao 5º ano; e “anos finais do ensino fundamental” da 5ª a 8ª série / 6º ao 9º ano.2) O ano de 2011 foi o a data mais antiga que havia disponibilidade de dados.

Verifica-se que nos anos iniciais a rede estadual possui maior número de docentes com curso superior, comparada à rede municipal. Em 2011 o percentual em escolas estaduais era de 90,5 enquanto nas redes municipais o percentual era 66,7% (diferença de 23,8%). A diferença foi diminuindo ao longo dos anos e em 2015 a rede estadual contava com 89,7% de docentes com curso superior contra 78,2% na rede municipal (diferença de 11,5%). Nos anos finais a diferença entre os docentes com curso superior entre as redes é menor (diferença de 6,3% em 2011 e 0,8% em 2015), porém aqui acontece o inverso – a rede municipal conta com mais professores com curso superior, exceto no último ano.

Assim, a infraestrutura e contexto do ensino fundamental são essenciais para compreender os indicadores anteriores apresentados. Observou-se que escolas estaduais possuem uma infraestrutura superior comparado as escolas municipais (mais laboratórios de ciência, mais bibliotecas), além de maior número de professores com curso superior. Estas questões certamente têm influência na qualidade do ensino. Observou-se que escolas estaduais realmente tiveram um desempenho superior nas notas do IDEB e na média padronizada do desempenho em português e matemática, principalmente nos anos iniciais do ensino fundamental. Além disso, ligado ao rendimento, as escolas estaduais tiveram uma taxa de aprovação superior e menores taxas de distorção idade série nos anos finais de ensino.

Este capítulo diagnosticou a situação socioeconômica do município e principalmente fez uma análise da situação educacional no ensino fundamental nos últimos dez anos. De maneira geral, observa-se melhor desempenho na rede estadual que municipal. Outro indicativo foram resultados melhores nos anos iniciais comparados aos anos finais. Além do mais, Ribeirão das Neves teve desempenho quase sempre inferior ao de Minas Gerai, porém o município apresentou melhor desempenho que a média nacional em vários indicadores.

3. CONCLUSÕES

O presente trabalho teve como principal objetivo a análise e apresentação de alguns indicadores educacionais do ensino fundamental no município de Ribeirão das Neves. Os dados deste trabalho apontam a necessidade de aprofundamento e formulação de políticas no município estudado assim como em outros que se encontrem com uma realidade educacional semelhante ou até mesmo pior.

Ao analisar os indicadores de cobertura observou-se dois pontos: primeiro, queda do número de matrículas ao longo dos anos. Esta queda, observada em Ribeirão das Neves, mas também em todo país e pode ser explicada em função da taxa de natalidade que vem diminuindo ao longo das últimas décadas. Segundo, foi observada queda no número de matrículas nas escolas municipais, tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais, o que leva a indagação de que o processo de municipalização em Ribeirão das Neves não foi progressivo ao longo dos anos. Uma hipótese é que a rede municipal não estava preparada estruturalmente, e não possuía (e não possui) recursos suficientes para construção de novas escolas que atendessem a demanda, por exemplo.

O indicador de distorção idade-série no município de Ribeirão das Neves foi menor que aqueles observados no estado de Minas Gerais e no Brasil. Os anos iniciais apresentam taxas bastante inferiores aos anos finais, o que revela uma preocupação com esta fase escolar. Uma das principais consequências da distorção idade-série é o baixo desempenho dos alunos em atraso escolar quando comparados aos alunos regulares, o que pode ser evidenciado pelos resultados inferiores aos esperados nas avaliações nacionais do ensino fundamental.

Na taxa de aprovação foi verificada porcentagens superiores nos anos iniciais de Ribeirão das Neves comparando com Minas Gerais e Brasil, no entanto nos anos finais os números são similares. Comparando as redes municipais e estaduais no município os resultados na rede estadual foram superiores (com pouca diferença) tanto nos anos iniciais

quanto finais. Mais uma vez, verificou-se taxas significativamente maiores nos anos iniciais, no estudo de caso e no país e estado. Já a taxa de abandono em Ribeirão das Neves foi maior que em Minas Gerais, porém menor que a média nacional. Comparando as redes municipais e estaduais não houve diferenças significantes entre as mesmas. Hipóteses para explicar os desafios dos anos finais relacionadas com indicadores de rendimento são o complemento da força de trabalho dos jovens dentro do lar, incidência no crime e violência, meninas que se tornam jovens mães entre outras questões sociais que podem prejudicar o desempenho dos alunos.

Os indicadores de qualidade estudados neste trabalho foram o IDEB e a Média padronizada do rendimento em Português e Matemática. Para o primeiro índice foi constatado que nos anos iniciais a melhor média foi em Minas Gerais, seguida por Ribeirão das Neves e por último o Brasil. Já nos anos finais, Minas Gerais continuou liderando enquanto a média nacional foi superior à média do município. Vale lembrar que a média do desempenho do estado e do Brasil não é nada louvável. As diferenças entre as redes municipais e estaduais em Ribeirão das Neves também não foram significativas. Em relação à média de Português e Matemática as constatações foram as mesmas que o IDEB, porém comparando as redes municipais e estaduais, a última teve melhores resultados.

Por fim, os indicadores analisados que dizem respeito à infraestrutura e contexto foram: percentual de bibliotecas, laboratórios de informática, laboratórios de ciências, média de alunos por turma no ensino fundamental, média de horas-aula, percentual de escolas integrais e percentual de docentes com curso superior. O primeiro indicador mostrou que o percentual de bibliotecas é superior na rede estadual. Em relação aos laboratórios de informática não foram encontrados dados por rede, porém os números ainda são baixos. Os laboratórios de ciência também apresentam maior número na rede estadual.

A média de alunos na rede estadual é superior do que na rede municipal (possivelmente pela quantidade maior de matrículas, sem a infraestrutura adequada para diminuir a quantidade de alunos por turma). Foi verificado um menor número de alunos nos anos iniciais. Isso pode explicar as médias baixas de desempenho escolar, maiores taxas de aprovação e baixa evasão, comparado aos anos finais. Com menos alunos o professor pode dar um suporte adequado aos alunos. A média de horas-aula foi semelhante nas redes e fases do ensino fundamental. As escolas integrais variaram muito ao longo dos anos, chegando a 63,6% em 2015 nos anos iniciais e 29,2% nos anos finais. Por fim, o número de docentes com curso superior é maior na rede estadual. Ao que se referem aos indicadores de infraestrutura é

inegável que a rede estadual possui um melhor desempenho, que acaba por influenciar outros indicadores, como de qualidade, cobertura e rendimento.

De maneira geral não houve grandes diferenças entre as redes municipais e estaduais, entretanto mesmo que em menor escala o estado obteve melhores resultados numa análise global. Surpreendente, foram as diferenças colossais entre os anos iniciais e finais no ensino fundamental em Ribeirão das Neves. É necessário repensar sobre as políticas públicas e o papel do governo em fomentar uma melhora neste sentido, certamente é um campo a ser explorado por estudiosos da área.

A comparação entre Ribeirão das Neves, Minas Gerais e Brasil feita ao longo deste trabalho de forma geral, mostrou que Ribeirão das Neves quase sempre não conseguia superar a média estadual em diferentes indicadores, porém os resultados do estudo de caso foram melhores em muitos indicadores que a média brasileira. Os indicadores socioeconômicos explanados no início do segundo capítulo revelam como o município tem renda *per capita* inferior e porcentagem de pobre e extremamente pobres mais baixas.

As análises da literatura e dos dados apontam para a necessidade do aprofundamento de estudos acerca da municipalização e indicadores educacionais, haja vista que o município de Ribeirão das Neves apresentou resultados baixos na análise dos indicadores e teve dificuldade em acompanhar o processo de municipalização. Assim como o estudo de caso em questão, essa pode ser uma realidade de uma série de municípios brasileiros. É inegável que a educação pública brasileira tenha apresentado ganhos ao longo da história - discutidas anteriormente no capítulo 1 -, no entanto a educação continua enfrentando desafios que sem dúvida têm relação com os resultados observados neste trabalho.

No ano de 2014, um novo Plano Nacional de Educação (PNE) foi formulado. Ele estabelece uma série de metas e estratégias a serem alcançadas durante a vigência do plano de dez anos. Dentre elas: universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE; fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio. Para que essas e demais metas sejam alcançadas e os cidadãos tenham seu direito de educação de qualidade respeitado o plano

propõe um investimento inicial de mais 37 bilhões na área chegando em 2024, percentual mínimo de investimento de 10% do Produto Interno Bruto PIB para a educação.

No entanto, o PNE ficou estagnado em 2016 em razão da crise econômica e fiscal vivenciada pelo país. Segundo entrevista concedida pela secretária executiva do MEC, Maria Helena Guimarães de Castro, ao site “Agencia Brasil”⁸ os investimentos em educação caíram em 2015; quando, em relação a 2014, houve uma diminuição de 46% nos gastos. O investimento global, envolvendo estados e municípios também caiu. Em 2015, segundo a secretária, o investimento total foi equivalente a 5,3% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2014, foi 6%. Essa foi a primeira queda desde 2004, quando o investimento de 4,5% do PIB caiu em relação aos 4,6% investidos em 2003. Pelo PNE, o Brasil deve investir até 2024 pelo menos 10% do PIB.

As perspectivas futuras para um progresso educacional em Ribeirão das Neves e também em todo o país não são favoráveis. Apesar de avanços nos últimos dez anos, o município claramente necessita de mais investimentos para que a prestação do direito à educação seja eficaz e que uma melhora nos indicadores educacionais aconteça. A crise econômica e fiscal atual atinge União, estados e municípios e é algo que pode comprometer a evolução positiva verificada nos últimos dez anos, podendo ocorrer retrocessos em uma situação que continua longe de ser desejável.

⁸ Link para acesso à entrevista: <http://agenciabrasil.etc.com.br/educacao/noticia/2016-11/investimento-em-educacao-cai-desde-2015-diz-secretaria-executiva-do-mec>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, F. L. (2005). A dinâmica federativa da educação brasileira: diagnóstico e propostas de aperfeiçoamento. In: OLIVEIRA, R.P.; SANTANA, W. (Org.). *Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade*. Brasília, DF: UNESCO, 2010, p. 39-70.

ALBERNAZ, A.; FERREIRA, F.; FRANCO, C. “Qualidade e equidade no ensino fundamental brasileiro”. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, 2002.

BAGOLIN, I. P.; PÔRTO JÚNIOR, S. da Silva. “A desigualdade da distribuição da educação e crescimento no Brasil: índice de Gini e anos de escolaridade”. *Estudos do CEPE (UNISC)*, Santa Cruz do Sul - RS, v. 18, p. 7-31, 2003.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. “LDB passo a passo: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/96”. São Paulo: Avercamp, 2007.

BRASIL (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____ (1997). Decreto nº 2.264, de 27 junho de 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2264.htm>. Acesso em 18 jun 2016.

_____ (1996). Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc14.htm>. Acesso em 18 jun 2016.

_____ (2006). Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc53.htm>. Acesso em 18 jun 2016.

_____ (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Casa Civil, 1996.

_____ (1996). Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19424.htm>. Acesso em 18 jun 2016.

_____ (2007). Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm>. Acesso em 18 jun 2016.

_____(2014). Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 jun. 2014.

_____. Ministério da Educação. FUNDEF: Relatório Sintético 1998-2002. Brasília, DF, 2002. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/balanco9802.pdf>>. Acesso em 18 jun 2016.

_____. Ministério da Educação. FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério: Manual de Orientação. Brasília, DF, 2004. Disponível em<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Fundebef/manual2%5B1%5D.pdf>>. Acesso em 18 jun 2016.

_____. Ministério da Educação. Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação 2014. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em 16 maio de 2016. Acesso em 15 mai. 2016.

CALLEGARI, C. “O FUNDEF e a municipalização do ensino fundamental no Estado de São Paulo”. São Paulo: Aquariana, 2002.

CURY, C. R. J. “Estado e políticas de financiamento em educação”. Educação e Sociedade. Campinas, v.28, n.100, p.831-855, out., 2007.

CYSNEIROS, P. G. “A gestão da Informática na Escola Pública”. In: XISimpósio Brasileiro de Informática na Educação. Maceió - AL: Anais SBIE, 2000.

ESPÓSITO, Y.L.; DAVIS, C.; NUNES, M. M. R. “Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar: o modelo adotado pelo estado de São Paulo”. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 13, p.25-53, jan./abr. 2000.

FREITAS, D. N. T. de; FERNANDES, M. D. E. “Educação municipal e efetivação do direito à educação”. Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas de Educação. vol.19, nº 72, Rio de Janeiro, July/Set. 2011.

HORTA, J. S. Baía. A educação no Congresso Constituinte de 1966-67. In: FÁVERO, Osmar (org.). *A educação nas Constituintes brasileiras 1823-1988*. 2.ed. Campinas, SP; Autores associados, 2001. p. 201-240.

JALLADE, Jean Pierre. “Educação de primeiro grau e desigualdade de renda no Brasil: perspectiva a longo prazo”. Revista e Pesquisa Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 561-596, dez/ 1978.

FLORES, A. Marçal. “A Informática na Educação: Uma Perspectiva Pedagógica”. Monografia apresentada na Universidade do Sul de Santa Catarina, 1996.

FRANCO, Creso et al . Qualidade e equidade em educação: reconsiderando o significado de "fatores intra-escolares". Rio de Janeiro , v. 15, n. 55, p. 277-298, June 2007 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440362007000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 out. 2016.

MENDES, D. C de. B. “A relação entre os entes federados no financiamento da educação pública básica no Brasil no contexto da política de fundos (FUNDEF/FUNDEB)”. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação, UFPA, Pará, 2012.

MONLEVADE, J. A. *Educação pública no Brasil: contos & descontos*. 2.ed. Ceilândia, DF: Ideia, 2001.

MILITÃO, S. C. N.; MIRALHA, F. M. “Ensino Fundamental: trajetória histórica e panorama atual”. Anais da Semana da Educação - UEL, (2012). Disponível em <<http://www.uel.br/eventos/semanadaeducacao/pages/arquivos/anais/2012/anais/ensinofundamental/ensinofundamental.pdf>>. Acesso em 15 mai. 2016.

NASCIMENTO, J. B do. “O Financiamento da educação básica e a política de fundos em Goiás (1998 - 2011): municipalização, redistribuição dos recursos e (des) valorização do magistério”. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação/Faculdade de Educação, UFG, Goiás, 2011.

NETO, J. J. S. “Uma escala para medir a infraestrutura escolar”. Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 24, n. 54, p. 78-99, jan./abr. 2013.

OLIVEIRA, R. Portela de. “Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica”. Educ. Soc. [online]. 2007, vol.28, n.100, p. 661-690.

_____. O Direito à Educação. In: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (Org.). *Gestão, financiamento e direito à educação: Análise da Constituição Federal e da LDB*. São Paulo: Xamã, 2007, p. 15-41.

PENALOSA, Fernando. Princípios e métodos de seleção de livros. In.: _____. *Seleção e aquisição de livros: manual para bibliotecas*. Washington, D. C: União Pan Americana, 1961. p. 1-2.

PEREIRA, Jéssica M. V. “Federalismo e Financiamento da Educação no Brasil: uma análise do FUNDEF e FUNDEB”. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Gestão Pública, Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

PNUD (Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento). Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasil. Brasília: PNUD, Ipea, FJP; 2013. Disponível em <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em 16 jun. 2015.

ROMANELLI, Otaíza. *História da educação no Brasil: 1930-1973*. Petrópolis: Vozes, 1992.

SOARES, Márcia M. “Repasses Financeiros e Voluntários da União aos Municípios Brasileiros: condicionantes políticos e sociais”. 8º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. 2012.

SOUZA, Maria Iná de Abreu et al. “Relação entre desigualdade e educação no Brasil: uma estimativa de dados em painel”. Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2014.